



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
CELSO SUCKOW DA FONSECA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
Relatório de Gestão do Exercício de 2012

CEFET/RJ

Março 2013



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
CELSO SUCKOW DA FONSECA

Relatório de Gestão do Exercício de 2012

Relatório de Gestão do Exercício de 2012 é apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do artigo 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições normativas vigentes. Este instrumento de prestação de contas abrange as atividades e dispêndios oriundos das seguintes unidades administrativas: Unidade Sede Maracanã, Unidade Descentralizada Nova Iguaçu, Unidade Descentralizada Maria da Graça, Unidade Descentralizada Petrópolis, Unidade Descentralizada Nova Friburgo, Unidade Descentralizada Itaguaí, Unidade Descentralizada em Expansão Angra dos Reis e Núcleo Avançado de Valença.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2013.

Dirigentes do Sistema CEFET/RJ

Carlos Henrique Figueiredo Alves
Diretor-Geral

Maurício Saldanha Motta
Vice-Diretor

Gisele Maria Ribeiro Vieira
Diretora de Ensino

Pedro Manuel Calas Lopes Pacheco
Diretor de Pesquisa e Pós-graduação

Maria Alice Caggiano de Lima
Diretora de Extensão

Diego Moreira de Araujo Carvalho
Diretor de Administração e Planejamento

Álvaro Chrispino
Diretor de Gestão Estratégica

Luciano Santos Constantin Raptopoulos
Diretor da UnED Nova Iguaçu

Sérgio de Mello Teixeira
Diretor da UnED Maria da Graça

Paulo Cesar Bittencourt
Diretor da UnED Petrópolis

Fernanda Rosa dos Santos
Diretor da UnED Nova Friburgo

Luiz Diniz Corrêa
Diretor da UnED Itaguaí

Haroldo Pereira Gomes
Gerente da Expansão de Angra dos Reis

Arnaldo Amandio de Lima Costa
Gestor do Núcleo Avançado de Valença

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012 ó CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO	10
1 PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.	10
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	10
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	11
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL	12
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	14
1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO	15
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS	16
2 PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.	17
2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA	17
2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	17
2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES	18
2.4 INDICADORES	20
3 PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.	21
3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	21
3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS	21
3.3 REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES	23
3.4 SISTEMA DE CORREIÇÃO	23
4 PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.	36
4.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ	36
4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	36
4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	36
4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	36
4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	36
4.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ	38
4.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ	38
4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA	45
4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	45
4.2.2 Programação de Despesas	45
4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes	45
4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital	46
4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	47
4.2.2.4 Análise Crítica	47
4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa	47
4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa	48
4.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários	48
4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação ó Créditos Originários	48
4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa ó Créditos Originários	49
4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	50
4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação ó Créditos de Movimentação	51
4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa ó Créditos de Movimentação	51
4.2.4.2.3 Análise crítica	52
5 PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.	53
5.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS	53
5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	53
5.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	53
5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	53
5.2.2 Análise Crítica	53
5.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	54
5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	54
5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	54
5.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes	54
5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	54

5.3.5	Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse.....	54
5.4	SUPRIMENTO DE FUNDOS	54
5.5	RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ	54
5.6	GESTÃO DE PRECATÓRIOS.....	55
6	PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.	56
6.1	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS.....	56
6.1.1.1	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	56
6.1.1.2	Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada.....	56
6.1.1.3	Qualificação da Força de Trabalho.....	57
6.1.1.4	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade.....	58
6.1.1.5	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade.....	58
6.1.1.6	Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	59
6.1.2	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	61
6.1.2.1	Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria	61
6.1.2.2	Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada.....	61
6.1.3	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	62
6.1.4	Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação.....	62
6.1.4.1	Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC	62
6.1.4.2	Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico	63
6.1.4.3	Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos	63
6.1.5	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	64
6.2	TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS.....	65
6.2.1	Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão.....	65
6.2.2	Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público	65
6.2.3	Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados	65
6.2.4	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.....	65
6.2.5	Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	66
6.2.6	Composição do Quadro de Estagiários.....	67
7	PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.	67
7.1	GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS	67
7.2	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	69
7.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	69
7.2.2	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	69
7.2.3	Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ.....	69
8	PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.	71
8.1	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	71
8.2	ANÁLISE CRÍTICA.....	72
9	PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.	73
9.1	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	73
9.2	CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	74
10	PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.	75
10.1	DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	75
10.1.1	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	75
10.1.2	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	75
10.1.3	Recomendações do OCI Atendidas no Exercício.....	75
10.1.4	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	83
10.2	INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	83
10.3	DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI N.º 8.730/93.....	88
10.3.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	88
10.4	DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV.....	89
10.4.1	Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	89
11	PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.	89
11.1	INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO.....	89
11.1.1	Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos.....	89

11.2	DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	90
11.2.1	Declaração Plena.....	90
11.3	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS PREVISTAS NA LEI Nº 4.320/1964 E PELA NBC T 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.133/2008.....	90
11.4	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EXIGIDAS PELA LEI Nº 6.404/1976.....	90
12	PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.	91
12.1	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ	91
12.2	FUNCIONAMENTO DOS CURSOS MÉDIO, TÉCNICO E GRADUAÇÃO - DIREN	91
12.3	FUNCIONAMENTO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA UNIVERSITÁRIA - DIPPG....	100
12.4	PÓS-GRADUAÇÃO - DIPPG.....	100
12.5	DIFUSÃO DA PESQUISA UNIVERSITÁRIA - DIPPG	101
12.6	ATIVIDADES DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - DIPPG.....	102
12.6.1	Cursos de especialização - DIPPG	102
12.6.2	Cursos de mestrado - DIPPG	102
12.6.3	Concessão de bolsas - DIPPG	103
12.6.4	Eventos, seminários e simpósios organizados - DIPPG.....	103
12.7	FUNCIONAMENTO DA EXTENSÃO - DIREX	104
13	PARTE B, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012	113
13.1	INDICADORES DE GESTÃO DAS IFET NOS TERMOS DO ACÓRDÃO TCU Nº 2.267/2005	113
13.2	ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS INDICADORES DE GESTÃO DAS IFET.....	113
13.3	RELAÇÃO DE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO	114

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ ó Relatório de Gestão Individual.....	10
Quadro A.3.1 ó Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	22
Quadro A.4.4.1 ó ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj.....	36
Quadro A.4.4.2 ó ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj.....	37
Quadro A.4.4.3 ó ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj.....	37
Quadro A.4.4.4 ó ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj.....	38
Quadro A.4.6.1 ó ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da uj.....	38
Quadro A.4.6.2 ó ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da uj.....	39
Quadro A.4.6.3 ó ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da uj.....	39
Quadro A.4.6.4 ó ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da uj.....	40
Quadro A.4.6.5 ó ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da uj.....	40
Quadro A.4.6.6 ó ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da uj.....	41
Quadro A.4.6.7 ó ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da uj.....	41
Quadro A.4.6.8 ó ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da uj.....	42
Quadro A.4.6.9 ó ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da uj.....	42
Quadro A.4.6.10 ó ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da uj.....	43
Quadro A.4.6.11 ó ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da uj.....	43
Quadro A.4.6.12 ó ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da uj.....	44
Quadro A.4.6.13 ó ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da uj.....	44
Quadro A.4.7 ó Identificação das Unidades Orçamentárias da uj.....	45
Quadro A.4.8 ó Programação de Despesas Correntes.....	45
Quadro A.4.9 ó Programação de Despesas de Capital.....	46
Quadro A.4.10 ó Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência.....	47
Quadro A.4.11 ó Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	48
Quadro A.4.12 ó Despesas por Modalidade de Contratação ó Créditos Originários.....	49
Quadro A.4.13 ó Despesas por Grupo e Elemento de Despesa ó créditos originários.....	50
Quadro A.4.14 ó Despesas por Modalidade de Contratação ó Créditos de movimentação.....	51
Quadro A.4.15 ó Despesas por Grupo e Elemento de Despesa ó créditos DE MOVIMENTAÇÃO.....	51
Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	53
Quadro A.5.25 ó Requisições e Precatórios ó Administração Indireta.....	55
Quadro A.6.1 ó Força de Trabalho da UJ ó Situação apurada em 31/12.....	56
Quadro A.6.2 ó Situações que reduzem a força de trabalho da UJ ó Situação em 31/12.....	57
Quadro A.6.3 ó Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro).....	58
Quadro A.6.4 ó Quantidade de servidores da UJ por faixa etária ó Situação apurada em 31/12.....	58
Quadro A.6.5 ó Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12.....	59
Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.....	60
Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro.....	61
Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.....	62
Quadro A.6.9 ó Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	62
Quadro A.6.10 ó Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	63
Quadro A.6.11 ó Regularidade do cadastro dos atos no Sisac.....	63
Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	66
Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	67
Quadro A.7.1 ó Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	69
Quadro A.7.3 ó Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ.....	69
Quadro A.8.1 ó GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	71
Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	73
Quadro A.9.2 ó Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	74
Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	75
Quadro A.10.5 ó Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	88
Quadro A.10.6 ó Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV.....	89
Quadro A.11.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.....	90
Quadro B.7.1 ó Resultados dos Indicadores ó Acórdão TCU n.º 2.267/2005.....	113

INTRODUÇÃO

Relatório de Gestão é um documento que apresenta para a Sociedade uma fotografia das dimensões atuais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ) com os resultados obtidos na Gestão do Centro em 2012, e, simultaneamente, traz as informações e reflexões relativas ao cumprimento de sua missão institucional, considerando as diretrizes estabelecidas no Plano Plurianual do Governo Federal, na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Governo Federal e no Orçamento da União.

O objetivo principal deste Relatório é apresentar dados, informações e indicadores apurados na Gestão do Centro em 2012, no cumprimento de sua Missão Institucional, considerando os seguintes atos legais:

- Lei 12.593/2012, Plano Plurianual do Governo Federal (2012 ó 2015);
- Lei 12.309/2010, Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- Lei 12.595/2012, Lei Orçamentária Anual;
- Lei 4.320/1964, Lei de Direito Público Financeiro;
- Lei 8.666/1993, Lei de Licitações e Contratos;
- Lei 10.520/2002, Lei do Pregão.

A formatação deste Relatório de Gestão esta baseada nos seguintes instrumentos normativos:

- Instrução Normativa TCU nº 63/2010, de 01/09/2010;
- Decisão Normativa TCU nº 119/2012, de 18/01/2012;
- Decisão Normativa TCU nº 121, de 13/06/2012;
- Portaria TCU nº 150, 03/07/2012;
- Portaria CGU nº 133, 08/01/2013.

A análise e comentários da Gestão, incluindo seus elementos contábeis e financeiros, foram abordados, de forma parametrizada e de maneira transparente, demonstrando o cumprimento de suas competências regimentais, suas execuções programáticas e as ocorrências gerenciais relevantes do exercício. As dificuldades enfrentadas pela Instituição na implementação da sua programação, no que diz respeito à execução orçamentária e financeira, pressionada pela necessidade de terceirização de diversos serviços, não impediram o desenvolvimento em termos quantitativo e qualitativo, revelado pelo desempenho satisfatório das metas estabelecidas e avanços demonstrados em todos os segmentos da Instituição.

O CEFET/RJ durante os últimos anos passou por uma significativa expansão, que pode ser evidenciada pelo aumento de 3 (três) *campi* para 8 (oito). Essa expansão aumentou a atuação do Centro no Estado do Rio de Janeiro, atuação tal, que está focada no provimento social de cursos de formação em tecnologia em todos os níveis, iniciando no ensino técnico e findando na pós-graduação *stricto sensu*. Cabe salientar a importância dos cursos de graduação em Engenharia e Tecnologia nesse momento de crescimento econômico, que suprem as necessidades brasileiras com oferecimento de mais de 3000 vagas por ano. Esse quantitativo de vagas, que com a adesão ao Sistema Unificado de Seleção, teve o acesso democratizado, incentivando a mobilidade estudantil nacional.

Com raízes constituídas há mais de 95 anos, a capacidade e competência do CEFET-RJ como instituição de ensino tecnológico projeta naturalmente o seu futuro na transformação em Universidade Tecnológica, o que priorizaria o desenvolvimento de capital humano para as necessidades sociais, o que proporcionaria meios e formas de acesso ao ensino tecnológico público e gratuito com qualidade no Estado do Rio de Janeiro, para o desenvolvimento econômico e social da Região Sudeste e do País. Desta forma, cabe salientar que a expansão realizada foi capaz de levar a educação tecnológica a uma supra região formada por mais de 40 municípios indiretos, provendo frutos a uma população de mais de 8 milhões de pessoas.

Além da educação tecnológica, é necessário destacar as atividades de extensão que integram o rol de ações tecnológicas à população da supra região e a pesquisa e pós-graduação que vem se fortalecendo com os programas de pesquisa acadêmico através das parcerias constantes com as instituições de fomento como CAPES, FNDE, CNPQ e FINEP, no seu desenvolvimento, na implantação dos grupos de pesquisa, fortalecendo assim a estratégia de atuação voltada para a solidificação da pesquisa em todo o sistema CEFET/RJ.

Os itens das decisões normativas que não se aplicam ao CEFET/RJ são:

- 3.3 Remuneração Paga a Administradores
- 4.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ
- 5.1 Reconhecimento de Passivos
 - 5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos
- 5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício
- 5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios
- 5.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes
- 5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse
- 5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse
- 5.4 Suprimento de Fundos
- 5.5 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ
- 6.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público
- 6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados
- 6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários
- 11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008
- 11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976

PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012 ó CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

1 PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

O quadro abaixo apresenta a Identificação da Unidade Jurisdicionada.

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ ó RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 244
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			
Denominação Abreviada: CEFET-RJ			
Código SIORG: 000448	Código LOA: 26256	Código SIAFI: 15244	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia - 1104		CNPJ: 42.441.758/0001-05	
Principal Atividade: Educação			Código CNAE: 9999-9
Telefones/Fax de contato:	(021) 2566-3110	(021) 2566-3112	(021) 2568-2198
Endereço Eletrônico: direg@cefet-rj.br			
Página na Internet: http://www.cefet-rj.br			
Endereço Postal: Avenida Maracanã, 229 ó Maracanã, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.271-110			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei 6.543, de junho de 1978.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Estatuto, Portaria MEC nº 3.796, de 1º de novembro de 2005.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Não se aplica			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
153010	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
15244	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
153010		15244	

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

O Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca é uma instituição autárquica de regime especial vinculada ao Ministério da Educação (MEC), no espírito da Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978, tem por finalidade o oferecimento de educação tecnológica. Configura-se, nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, como instituição de ensino superior pluricurricular, especializada na oferta de educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, caracterizando-se pela atuação prioritária na área tecnológica.

O CEFET/RJ goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedece ao princípio da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão. Seus objetivos estatutários e regimentais são:

- ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica;
- ministrar educação profissional técnica de nível médio, de forma articulada com o ensino médio, destinada a proporcionar habilitação profissional para diferentes setores da economia;
- ministrar cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, nas áreas científica e tecnológica;
- ofertar educação continuada, por diferentes mecanismos, visando à atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais na área tecnológica;
- realizar pesquisa, estimulando o desenvolvimento de soluções tecnológicas de forma criativa e estendendo seus benefícios à comunidade;
- promover a extensão mediante integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, desenvolvendo ações interativas que concorram para a transferência e o aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa aplicada;
- estimular a produção cultural, o empreendedorismo, o desenvolvimento científico e tecnológico, o pensamento reflexivo, com responsabilidade social.

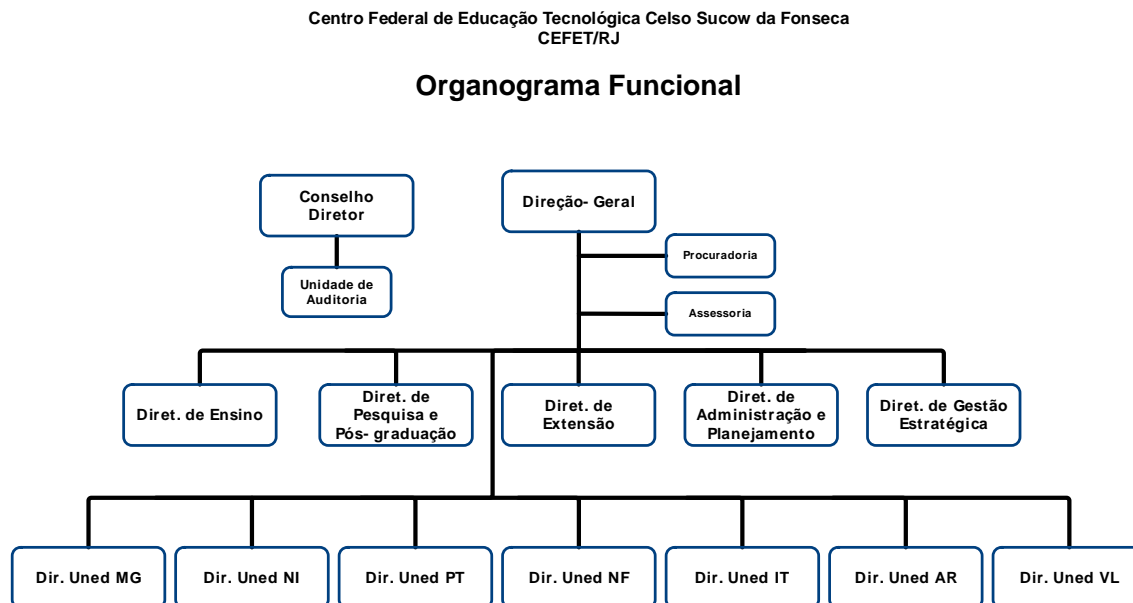
Observadas a finalidade e as características atribuídas aos Centros Federais de Educação Tecnológica e a responsabilidade social de que essas se revestem, o CEFET/RJ continua a assumir como missão institucional:

õPromover a educação mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão que propiciem, de modo reflexivo e crítico, na interação com a sociedade, a formação integral (humanística, científica e tecnológica, ética, política e social) de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento cultural, tecnológico e econômico dessa mesma sociedadeõ.

1.3 Organograma Funcional

A figura abaixo apresenta o Organograma Funcional da Unidade Jurisdicionada.

Figura 1: Organograma Funcional



Ao Conselho Diretor compete: (i). Homologar a política geral apresentada pela Direção-Geral nos planos administrativo, econômico-financeiro e de ensino, pesquisa e extensão, por meio de resoluções; (ii). Submeter à aprovação do Ministério da Educação a proposta de alteração do Estatuto ou do Regimento Geral; (iii). Acompanhar a execução orçamentária anual; (iv). Fiscalizar a execução do orçamento-programa do CEFET/RJ, autorizar alterações na forma da lei e acompanhar o balanço físico anual e dos valores patrimoniais do CEFET/RJ; (v). Apreciar as contas do Diretor-Geral, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros contábeis, dos fatos econômico-financeiros e da execução orçamentária da receita e da despesa; (vi). Deliberar sobre valores de contribuições e emolumentos a serem cobrados pelo CEFET/RJ, em função de serviços prestados; (vii). Autorizar a aquisição e deliberar sobre a alienação de bens imóveis pelo CEFET/RJ; (viii). Deflagrar o processo de escolha, pela comunidade escolar, do nome a ser indicado ao Ministro de Estado da Educação, para o cargo de Diretor-Geral; (ix). Aprovar a concessão de graus, títulos e outras dignidades; (x). Deliberar sobre a criação de novos cursos, observada a legislação vigente; (xi). Autorizar, mediante proposta da Direção-Geral, a contratação, concessão onerosa ou parcerias em eventuais áreas rurais e infraestruturas, mantidas a finalidade institucional e em estrita consonância com a legislação ambiental, sanitária, trabalhista e das licitações; (xii). Deliberar sobre outros assuntos de interesse do CEFET/RJ levados a sua apreciação pelo Presidente do Conselho.

A Auditoria Interna, vinculada ao Conselho Diretor do CEFET/RJ, é o órgão responsável por fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle, bem como prestar apoio, no âmbito do CEFET/RJ, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitado a legislação pertinente. À Auditoria Interna compete: (i). Acompanhar o cumprimento das metas do Plano de Desenvolvimento Institucional; (ii). Verificar o desempenho da gestão da instituição, visando comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos; (iii). Examinar e emitir parecer prévio sobre a prestação de contas anual da instituição e tomada de contas especiais; (iv). Elaborar o plano anual de atividades de auditoria interna do exercício seguinte, bem como o relatório anual de atividades de auditoria interna, a serem encaminhados ao Conselho Diretor.

A Direção-Geral compete à direção administrativa e política do Centro. A Assessoria Jurídica, à qual compete desenvolver trabalhos e assistência relacionados a assuntos de natureza jurídica definidos pelo Diretor-Geral e de interesse do CEFET/RJ.

A Diretoria de Administração e Planejamento é o órgão encarregado de prover e executar as atividades relacionadas com a administração, gestão de pessoal e planejamento orçamentário do CEFET/RJ e sua execução financeira e contábil.

A Diretoria de Ensino é o órgão responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento do ensino do CEFET/RJ, devendo estar em consonância com as diretrizes da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação e Diretoria de Extensão.

A Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação é o órgão responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento da pesquisa e do ensino de pós-graduação do CEFET/RJ, devendo estar em consonância com as diretrizes da Diretoria de Ensino e da Diretoria de Extensão.

A Diretoria de Extensão é o órgão responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento da extensão do CEFET/RJ, devendo estar em consonância com as diretrizes da Diretoria de Ensino e Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

A Diretoria de Gestão Estratégica é o órgão responsável pela coordenação da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional, acompanhamento da execução dos planos e projetos e fornecimento oficial das informações sobre o desempenho do CEFET/RJ.

As Unidades de Ensino estão subordinadas ao Diretor-Geral do CEFET/RJ e têm a finalidade de promover atividades de ensino, pesquisa e extensão, nos termos do Regimento Geral do CEFET/RJ.

1.4 Macroprocessos Finalísticos

O CEFET/RJ apresenta três macroprocessos finalísticos: Ensino, Pesquisa e Extensão. Estes macroprocessos são exercidos de maneira indissociável e único e apresentam as seguintes características básicas:

- a) oferta de educação tecnológica, levando em conta o avanço do conhecimento tecnológico e a incorporação crescente de novos métodos e processos de produção e distribuição de bens e serviços;
- b) atuação prioritária na área tecnológica, nos diversos setores da economia;
- c) conjugação, no ensino, da teoria com a prática;
- d) articulação verticalizada e integração da educação tecnológica aos diferentes níveis e modalidades de ensino, ao trabalho, à ciência e à tecnologia;
- e) oferta de ensino superior de graduação e de pós-graduação;
- f) oferta de formação especializada em todos os níveis de ensino, levando em consideração as tendências do setor produtivo e do desenvolvimento tecnológico;
- g) realização de pesquisas aplicadas e prestação de serviços;
- h) desenvolvimento da atividade docente, abrangendo os diferentes níveis e modalidades de ensino, observada a qualificação exigida em cada caso;
- i) utilização compartilhada dos laboratórios e dos recursos humanos pelos diferentes níveis e modalidades de ensino;
- j) desenvolvimento do processo educacional que favoreça, de modo permanente, a transformação do conhecimento em bens e serviços, em benefício da sociedade;
- k) estrutura organizacional flexível, racional e adequada às suas peculiaridades e objetivos;
- l) integração das ações educacionais com as expectativas da sociedade e as tendências do setor produtivo.

Todos os macroprocessos finalísticos foram orquestrados na execução das ações necessárias para o atingimento das metas do exercício. Do ponto de vista da execução orçamentária, as Diretorias Sistêmicas e Diretorias de Unidades efetuaram um planejamento inicial, onde foram apresentadas as necessidades existentes no exercício e ações efetivas foram executadas para o provimento das condições necessárias para o cumprimento dos mandatos. Em alguns casos específicos, como aquisição de material de expediente, equipamentos de TI e livros, o Centro se organizou e efetuou compras compartilhadas com o foco em ganho de escala e padronização.

Além das ações de aquisição compartilhada, as Diretorias Sistêmicas trabalharam em conjunto para explorar as possíveis sinergias existentes, focando em maximizar os resultados atingidos.

1.5 Macroprocessos de Apoio

Os macroprocessos de apoio na cadeia de valor do CEFET/RJ são:

- Administração geral;
- Compras e licitações
- Controle interno e correição;
- Engenharia;
- Gerência de infraestrutura;
- Gestão de contratos e serviços;
- Gestão de finanças e orçamento;
- Gestão de operações;
- Gestão de pessoas
- Gestão estratégica.
- Planejamento Estratégico.
- Planejamento orçamentário;
- Suporte logístico;
- Suporte e serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação.

Os macroprocessos de apoio são normalmente desempenhados nas Diretorias de Administração e Planejamento e Gestão Estratégica.

Durante o exercício, as Diretorias Sistêmicas auxiliaram na integração das ações dos macroprocessos finalísticos para se maximizar o uso dos recursos existentes no Centro para o cumprimento das metas estabelecidas. Um dos exemplos dessa atividade foi a coordenação das atividades de aquisição, onde o planejamento prévio proporcionou a padronização e o ganho de escala. Além disso, as Diretorias de Administração e Planejamento e de Gestão Estratégica começaram um estudo de otimização dos serviços existentes, focando a padronização e adequação às necessidades atuais do Centro. Dentro deste espírito, podemos citar a reavaliação das compras de TI e dos contratos de manutenção predial. Nos dois casos, foi efetuado um planejamento prévio, onde os equipamentos e serviços foram reavaliados com o intuito de se adequar às necessidades reais do Centro.

1.6 Principais Parceiros

Os principais parceiros do CEFET/RJ na consecução dos seus macroprocessos finalísticos são:

- No fomento das atividades de Pesquisa e Pós-Graduação:
 - CAPES ó Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior;
 - CNPq ó Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
 - FINEP ó Financiadora de Estudos e Projetos;
 - FAPERJ ó Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro;

- Nas atividades acadêmicas envolvidas no Consórcio das Instituições Federais de Ensino do Rio de Janeiro:
 - UFRJ ó Universidade Federal do Rio de Janeiro;
 - UFF ó Universidade Federal Fluminense;
 - UFRRJ ó Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro;
 - UNIRIO ó Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro;
 - CP-II ó Colégio Pedro II;
 - IFRJ ó Instituto Federal do Rio de Janeiro;
 - IFF ó Instituto Federal Fluminense;

- Nas atividades relacionadas à Olimpíadas do Rio de Janeiro em 2016:
 - APO ó Autoridade Pública Olímpica.

2 PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

O Centro foi dividido em 15 centros de ações (CA), sendo sete sistêmicos (CS) e oito responsáveis por ações localizadas específicas (CE). Dentre os centros sistêmicos, dois eram responsáveis exclusivamente pelos macroprocessos de suporte e todos os outros focavam suas ações em macroprocessos finalísticos.

Cada CA preparou uma lista de ações que foram suportadas por recursos orçamentários disponíveis e registradas no Plano Operacional Anual, aprovado pelo CODIR (Conselho Diretor). Dentro de cada CA, foram especificadas ações específicas para atender as necessidades do CEFET/RJ para atender seus objetivos institucionais.

2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2014, aprovado em 16/12/2010 pelo Conselho Diretor, foi elaborado em vertentes de um cenário futuro com base na história da Instituição como também suas transformações, buscando atender às demandas sociais sendo possível propor que estas possam transcender, em suas trajetórias evolutivas, formulações vigentes. Assim, concepções de estrutura e projetos acadêmicos e administrativos, de transformação e adaptação pela engenharia evolutiva, devem ser maleáveis a ponto de repercutir o momento real, o suficiente para que qualquer proposta moderna de crescimento institucional tenha espaço para, observação, e análise.

No que concerne à estratégia de atuação, é possível afirmar que o comprometimento e responsabilidade pessoal de cada gestor atuante na Instituição, no sentido de valorizar o recurso público aplicado em prol da sociedade, necessário e expressivo para que a democratização, a transparência, a qualidade, o compromisso com a sociedade e com a Instituição, seja mantido com eficácia e efetividade.

Estes componentes foram estabelecidos na execução de cada ação proposta no sentido de programar uma gestão descentralizada voltada para a sociedade de forma geral, haja vista a construção do Plano Estratégico, na interiorização com as Unidades, a distribuição de vagas e recursos, materializados nos processos para concursos e aquisição dos mais diversos tipos de serviços, de infraestrutura e apoio, e materiais, envolvendo não só as Diretorias Sistêmicas como Departamentos e as Unidades Descentralizadas.

O ano de 2012 foi um ano atípico, pois pela primeira vez, a Instituição enfrentou uma greve nacional que envolveu docentes, discentes e técnico-administrativos. Este fato, apresentou um profundo impacto na implementação das ações planejadas.

As últimas atuações da CGU e TCU junto ao CEFET-RJ demonstram que este Centro não tem enfrentado dificuldades na gestão e operacionalização de suas ações institucionais, nas políticas governamentais, como também na prática da legislação. Contudo, o Centro continua enfrentado o problema da regularização da Certidão Negativa de Débitos (CND) junto à Secretaria de Receita Federal (SRFB), pois este Centro foi inscrito no cadastro da SRFB com a descrição de sua Atividade Econômica Principal como sendo de uma Administração Pública em Geral. Esta descrição estava, até o ano de 2008, representada com uma alíquota de pagamento associada ao Risco de Acidente de Trabalho ó RAT ó de 1%. A partir de 2009, este percentual passou para 2%. Dentro dos sistemas

contábeis federais, o Centro percebia corretamente a alíquota de 1% para RAT, fato que foi questionado pela auditoria da SRFB. Contudo, cabe esclarecer que a inscrição correta no cadastro da SRFB seria a de Instituição de Ensino Superior, que tem incidência de uma RAT de 1% no período em questão. Durante o ano de 2012, a Administração do Centro trabalhou para elucidar o problema e, por conseguinte, a regularização da CND.

Podemos citar que para o cenário apresentado, seja ele no âmbito político, social ou econômico, este Centro tem avaliado a necessidade de expansão de vagas, novos cursos, mecanismos de fixação dos discentes nos cursos regulares, como bolsa que propicie ao alunado condições de alimentação e manutenção estudantil, desenvolvimento de projetos visando à inclusão digital dos alunos, estendido a comunidade externa, o crescimento associado à pesquisa e pós-graduação.

Além disso, também o relacionamento com secretarias vinculadas ao Ministério da Educação e outros como FINEP, FNDE, CAPES, parcerias de intercâmbios com instituições de ensino no exterior em muito tem propiciado condições favoráveis ao desenvolvimento do aluno.

Em um passado recente já manifestamos que por mais favorável que seja o ambiente, outros fatores influenciam negativamente na gestão e principalmente na dos recursos públicos e por conseguinte nos serviços prestados a comunidade interna e externa, sem que tenhamos como interferir diretamente.

Deve ser ressaltado que a falta de reposição dos quadros funcionais do CEFET/RJ, aliado a distorções salariais e alta rotatividade no quadro funcional é o fator mais importante que coloca em risco o funcionamento deste Centro em 2012. Deve ser salientado que o CEFET/RJ ainda continua sem acesso ao Banco de Professores e ao Quadro de Técnico-Administrativos, apesar de ter sinalizado essa dificuldade diversas vezes à mantenedora. Esses dois instrumentos são de vital importância para se estancar o sangramento existente atualmente na Administração do Centro nas áreas que atuam diretamente nos sistemas SIAFI, SIAPE, SIASGE, etc. Alguns setores do Centro começam a passar por um estado crítico que certamente vai comprometer as ações voltadas a sociedade.

Os fatos relatados acima podem ser observados através da saída constante e em massa dos servidores da área administrativa para outros órgãos federais através de concurso, em busca de melhores condições salariais. Os servidores administrativos, mais precisamente, lotados nas áreas de licitações, contratos, pagamento, contabilidade, recursos humanos, dentre outras áreas administrativas de grande responsabilidade, devem ser vistos como funcionários especialistas que necessitam de uma carreira própria, que os valorizem e os diferenciem em face das responsabilidades, pois licitam, recolhem impostos, realizam pagamentos diversos. Estes servidores não querem mais essas funções, pois além de perceber o menor salário do poder executivo, quando comparados a administrativos lotados outros segmentos.

Por fim a análise do Plano de Desenvolvimento que tem função orientadora da ação no CEFET/RJ, compreendendo a instituição como um fórum público e privilegiado de formação humana, atuando como instituição de ensino público comprometida com o desenvolvimento cultural, tecnológico e econômico da sociedade, capaz de promover o crescimento e o desenvolvimento da população. Com a geração de renda e diminuição das desigualdades sociais, tem posto em seu Plano de Desenvolvimento os desafios formativos de mão de obra de qualidade voltada às políticas públicas, de mercado e social, além de outras prioridades que se impõem ao desenvolvimento.

2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações

O Plano de Ação Anual é formatado mediante as demandas internas relacionadas às ações orçamentárias comportadas na definição do recurso para o exercício. As ações demandadas da

comunidade interna são atividades ou projetos para o desenvolvimento das atribuições acadêmicas e ou administrativas.

O CEFET/RJ vem dando continuidade na ampliação e melhoria da infraestrutura com a manutenção e reforma das salas de aula, dos laboratórios no campus sede e também nas unidades descentralizadas que focam no processo de interiorização das atividades, consolidando os campi de Nova Iguaçu, Maria da Graça, Nova Friburgo, Itaguaí, Angra dos Reis, Valença e Petrópolis ampliando o acesso da população ao ensino público técnico e do terceiro grau.

O crescimento do CEFET/RJ vem sendo discutido nas diretorias sistêmicas num processo de reestruturação organizacional da administração central, e ganha atenção especial com a criação de um grupo de estudos junto à Direção-Geral. Dentro da Diretoria de Administração e Planejamento, esse processo deve entre outras ações rever e estabelecer novo fluxo dos processos administrativos, definir melhor as atribuições da Administração, aperfeiçoar os serviços de manutenção e responder rapidamente as demandas das atividades fins.

Do ponto de vista orçamentário, os recursos dos planos de trabalho orçamentário foram particionados entre centros de custos que foram estratificados entre a Direção-Geral, Diretorias Sistêmicas, Diretorias Adjuntas e as Direções de Unidades. Desta maneira, se cria uma descentralização de recursos, fomentando a definição dos gastos pelas atividades fim e gestores.

Diretamente envolvido com estes aspectos, podemos também apresentar a atualização de equipamentos de diversas finalidades, assim como a atuação nos laboratórios, salas de aula, auditórios e nos ambientes administrativos, com pintura, adaptação e recuperação de estrutura física.

Investimentos outros foram realizados na infraestrutura física, como também na atualização e capacitação de servidores para distintos níveis de atuação. Fortalecimento dos grupos de pesquisas produtores representando um aumento significativo, assim como a ampliação do número de bolsas de iniciação científica. Em face do universo heterogêneo que ilustra a definição do CEFET/RJ como academia de ensino pública de qualidade, fez com que a procura por atividades de extensão seja intensa e desta forma as ações extensionistas no ano de 2012 atingiram em termos de público participante valores superiores a 40.000 pessoas. A participação de docentes em seminários e congressos deve ser entendida como troca e aprofundamento de conhecimentos. Da mesma forma a participação de servidores administrativos em curso de atualização, seja na área financeira, de pessoal e licitações, deve ser cada vez mais valorizada e apoiada considerando a versatilidade dos inúmeros processos que envolvem estas áreas, trazendo segurança à gestão da instituição.

Um ponto de dificuldade que deve ser levantado é o Programa de Alimentação Escolar fomentado pelo FNDE, que continua a existir, mesmo depois de tratativas para solucioná-lo. O Centro recebeu durante o exercício valores para o fornecimento de merenda escolar para alguns de seus *campi*, mas não teve condições operacionais para execução. As regras de uso da verba obrigam que as despesas sejam efetuadas em programas de agricultura familiar que dificultam a sua operacionalização nos grandes centros urbanos como o Rio de Janeiro. Além disso, o quadro funcional do CEFET/RJ não conta com nutricionistas e merendeiras, além da infraestrutura corrente não contar com cozinhas industriais para a preparação.

A marca institucional é reconhecida nacionalmente e internacionalmente, onde é fortemente identificada pelos intercâmbios que sedimentam e propagam a necessidade de novos horizontes, assim como também a atuação junto com novos parceiros sejam público e ou privados. O CEFET-RJ é uma instituição *multicampi*, com sustentação financeira dada pelo governo federal, mais que busca congrega parceiros em sua trajetória, como prefeituras, secretarias e outros órgãos.

2.4 Indicadores

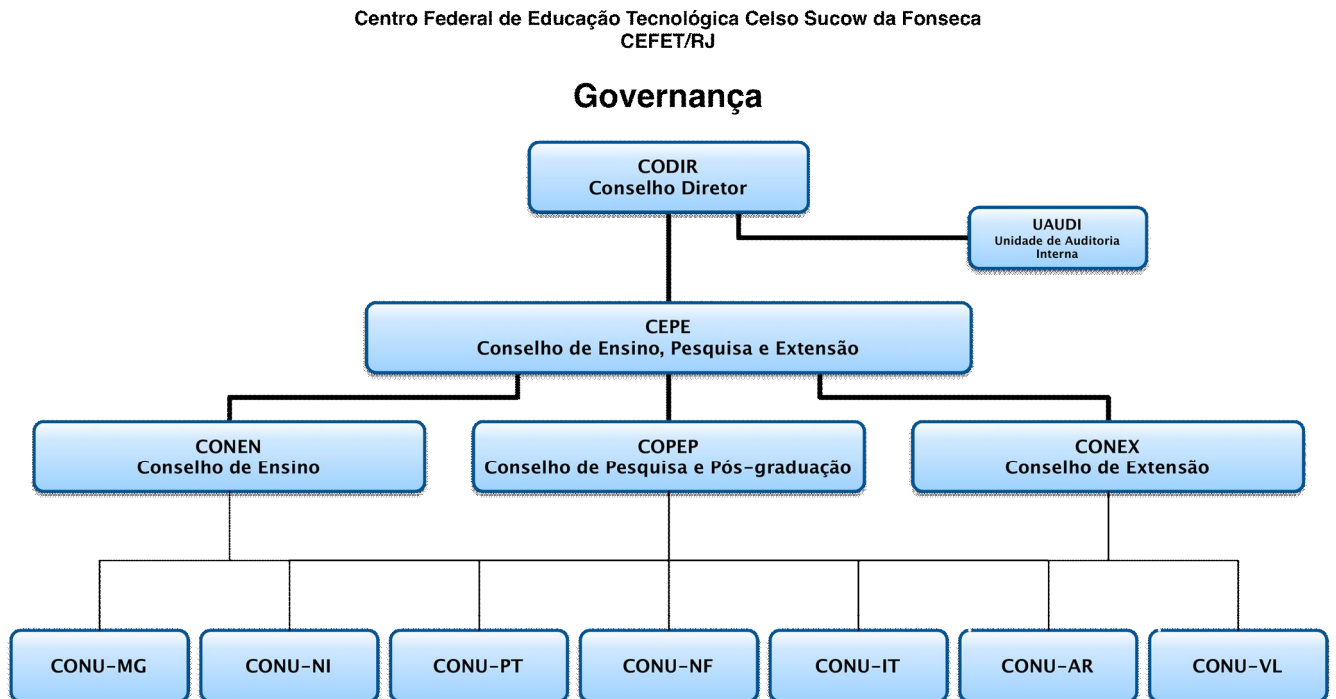
O CEFET/RJ se utiliza dos indicadores definidos pelo TCU para as IFES e IFETS para avaliar o desempenho de suas atividades acadêmicas. Além desses indicadores, o CEFET/RJ utiliza também o ENAD para avaliar os seus cursos e mais especificamente o Índice Geral de Cursos da Instituição que (IGC) é um indicador de qualidade de instituições de educação superior. Ele leva em consideração na sua composição, a qualidade do quadro docente dos cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado e doutorado), dentre outras parcelas. No que se refere à graduação, é utilizado o CPC (conceito preliminar de curso) e, no que se refere à pós-graduação, é utilizada a Conceito Capes. O resultado final é expresso em valores contínuos (que vão de 0 a 500) e em faixas (de 1 a 5). Além disso, o CEFET/RJ começou um plano de estudos para implantar um programa de indicadores para avaliar as atividades do nível médio e técnico.

3 PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

3.1 Estrutura de Governança

A figura abaixo apresenta a estrutura de governança do CEFET/RJ.

Figura 2: Estrutura de Governança do CEFET/RJ



O CODIR, Conselho Diretor, é a instância máxima recursal da instituição e tem suas atribuições definidas no Estatuto do Centro. Abaixo dele, o CEPE, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão é responsável pelas decisões relacionadas com as atividades fim do Centro. Ele também funciona como câmara recursal dos conselhos temáticos existentes (Ensino, Pesquisa e Pós-graduação e Extensão).

Cada Unidade Descentralizada apresenta um Conselho responsável pelas decisões operacionais locais a cada uma delas.

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

O quadro abaixo apresenta a avaliação da estrutura do controle interno da UJ, que foi produzida através de entrevistas com os diretores sistêmicos da UJ. A partir das entrevistas, o resultado final foi consolidado através de média aritmética e arredondamento para o inteiro inferior.

QUADRO A.3.1 6 AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	

24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<p>Análise Crítica: O Centro está passando por diversas modificações e reestruturações, principalmente motivado pelo crescimento das atividades fim, manutenção ou diminuição no número de servidores das atividades meio e dificuldades relacionadas à evasão de servidores e limitação nas vagas ofertadas pela mantenedora. Por causa destes motivos, se faz necessário o direcionamento de esforços na criação de uma estrutura específica para desenvolvimento e normalização da administração e controle.</p>					
<p>Escala de valores da Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					

3.3 Remuneração Paga a Administradores

Não se aplica ao CEFET/RJ.

3.4 Sistema de Correição

Este Centro está em consonância com os preceitos contidos nos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União ó CGU. Segue nas próximas páginas o relatório de correição extraído do CGU-PAD.

CGU-PADControladoria-Geral
da União**RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS**

Quadro Consolidado Global		Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Quantidade de Órgãos:	1	Número de Procedimentos
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos		0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia		0
Total de Processos Administrativos Disciplinares		0
Total de Ritos Sumários		0
Total de Sindicâncias		3
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'		0
Total de Sindicâncias Patrimoniais		0
Total de Procedimentos		3

Centro Federal de Educação Tecnológica 'Celso Suckow da Fonseca'		Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Quadro Consolidado:		Número de Procedimentos
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos		0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia		0
Total de Processos Administrativos Disciplinares		0
Total de Ritos Sumários		0
Total de Sindicâncias		3
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'		0
Total de Sindicâncias Patrimoniais		0
Total de Procedimentos		3

CGU-PADControladoria-Geral
da União**RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS EM INDICIAMENTO/CITAÇÃO**

Quadro Consolidado Global		Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Quantidade de Órgãos:	1	Número de Procedimentos
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos		0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia		0
Total de Processos Administrativos Disciplinares		0
Total de Ritos Sumários		0
Total de Sindicâncias		2
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'		0
Total de Sindicâncias Patrimoniais		0
Total de Procedimentos		2

Centro Federal de Educação Tecnológica 'Celso Suckow da Fonseca'		Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Quadro Consolidado:		Número de Procedimentos
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos		0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia		0
Total de Processos Administrativos Disciplinares		0
Total de Ritos Sumários		0
Total de Sindicâncias		2
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'		0
Total de Sindicâncias Patrimoniais		0
Total de Procedimentos		2

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;

As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 2 de 11

Data da emissão do relatório: 18/03/2013

Emitido por: LUIZ EDUARDO LARANJEIRA DA SILVA

CGU-PADControladoria-Geral
da União**RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS ENCAMINHADOS PARA JULGAMENTO**

Quadro Consolidado Global		Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Quantidade de Órgãos:	1	Número de Procedimentos
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos		0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia		0
Total de Processos Administrativos Disciplinares		0
Total de Ritos Sumários		0
Total de Sindicâncias		0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'		0
Total de Sindicâncias Patrimoniais		0
Total de Procedimentos		0

Centro Federal de Educação Tecnológica 'Celso Suckow da Fonseca'		Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Quadro Consolidado:		Número de Procedimentos
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos		0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia		0
Total de Processos Administrativos Disciplinares		0
Total de Ritos Sumários		0
Total de Sindicâncias		0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'		0
Total de Sindicâncias Patrimoniais		0
Total de Procedimentos		0

CGU-PADControladoria-Geral
da União**RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS JULGADOS**

Quadro Consolidado Global		Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Quantidade de Órgãos:	1	Número de Procedimentos
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos		0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia		0
Total de Processos Administrativos Disciplinares		0
Total de Ritos Sumários		0
Total de Sindicâncias		0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'		0
Total de Sindicâncias Patrimoniais		0
Total de Procedimentos		0

Centro Federal de Educação Tecnológica 'Celso Suckow da Fonseca'		Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Quadro Consolidado:		Número de Procedimentos
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos		0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia		0
Total de Processos Administrativos Disciplinares		0
Total de Ritos Sumários		0
Total de Sindicâncias		0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'		0
Total de Sindicâncias Patrimoniais		0
Total de Procedimentos		0

CGU-PADControladoria-Geral
da União**RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS ANULADOS ADMINISTRATIVAMENTE**

Quadro Consolidado Global		Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Quantidade de Órgãos:	1	Número de Procedimentos
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos		0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia		0
Total de Processos Administrativos Disciplinares		0
Total de Ritos Sumários		0
Total de Sindicâncias		0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'		0
Total de Sindicâncias Patrimoniais		0
Total de Procedimentos		0

Centro Federal de Educação Tecnológica 'Celso Suckow da Fonseca'		Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Quadro Consolidado:		Número de Procedimentos
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos		0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia		0
Total de Processos Administrativos Disciplinares		0
Total de Ritos Sumários		0
Total de Sindicâncias		0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'		0
Total de Sindicâncias Patrimoniais		0
Total de Procedimentos		0

CGU-PADControladoria-Geral
da União**RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS ANULADOS JUDICIALMENTE**

Quadro Consolidado Global		Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Quantidade de Órgãos:	1	Número de Procedimentos
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos		0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia		0
Total de Processos Administrativos Disciplinares		0
Total de Ritos Sumários		0
Total de Sindicâncias		0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'		0
Total de Sindicâncias Patrimoniais		0
Total de Procedimentos		0

Centro Federal de Educação Tecnológica 'Celso Suckow da Fonseca'		Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Quadro Consolidado:		Número de Procedimentos
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos		0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia		0
Total de Processos Administrativos Disciplinares		0
Total de Ritos Sumários		0
Total de Sindicâncias		0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'		0
Total de Sindicâncias Patrimoniais		0
Total de Procedimentos		0

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;

As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 6 de 11

Data da emissão do relatório: 18/03/2013

Emitido por: LUIZ EDUARDO LARANJEIRA DA SILVA

CGU-PADControladoria-Geral
da União**RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS EM REVISÃO**

Quadro Consolidado Global		Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Quantidade de Órgãos:	1	Número de Procedimentos
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos		0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia		0
Total de Processos Administrativos Disciplinares		0
Total de Ritos Sumários		0
Total de Sindicâncias		0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'		0
Total de Sindicâncias Patrimoniais		0
Total de Procedimentos		0

Centro Federal de Educação Tecnológica 'Celso Suckow da Fonseca'		Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Quadro Consolidado:		Número de Procedimentos
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos		0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia		0
Total de Processos Administrativos Disciplinares		0
Total de Ritos Sumários		0
Total de Sindicâncias		0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'		0
Total de Sindicâncias Patrimoniais		0
Total de Procedimentos		0

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;

As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 7 de 11

Data da emissão do relatório: 18/03/2013

Emitido por: LUIZ EDUARDO LARANJEIRA DA SILVA

CGU-PADControladoria-Geral
da União**RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS EM RECONSIDERAÇÃO/RECURSO HIERÁRQUICO**

Quadro Consolidado Global		Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Quantidade de Órgãos:	1	Número de Procedimentos
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos		0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia		0
Total de Processos Administrativos Disciplinares		0
Total de Ritos Sumários		0
Total de Sindicâncias		0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'		0
Total de Sindicâncias Patrimoniais		0
Total de Procedimentos		0

Centro Federal de Educação Tecnológica 'Celso Suckow da Fonseca'		Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Quadro Consolidado:		Número de Procedimentos
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos		0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia		0
Total de Processos Administrativos Disciplinares		0
Total de Ritos Sumários		0
Total de Sindicâncias		0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'		0
Total de Sindicâncias Patrimoniais		0
Total de Procedimentos		0

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;

As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 8 de 11

Data da emissão do relatório: 18/03/2013

Emitido por: LUIZ EDUARDO LARANJEIRA DA SILVA

CGU-PADControladoria-Geral
da União**RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS EM DECISÃO RECONSIDERAÇÃO/RECURSO HIERÁRQUICO**

Quadro Consolidado Global		Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Quantidade de Órgãos:	1	Número de Procedimentos
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos		0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia		0
Total de Processos Administrativos Disciplinares		0
Total de Ritos Sumários		0
Total de Sindicâncias		0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'		0
Total de Sindicâncias Patrimoniais		0
Total de Procedimentos		0

Centro Federal de Educação Tecnológica 'Celso Suckow da Fonseca'		Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Quadro Consolidado:		Número de Procedimentos
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos		0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia		0
Total de Processos Administrativos Disciplinares		0
Total de Ritos Sumários		0
Total de Sindicâncias		0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'		0
Total de Sindicâncias Patrimoniais		0
Total de Procedimentos		0

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;

As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 9 de 11

Data da emissão do relatório: 18/03/2013

Emitido por: LUIZ EDUARDO LARANJEIRA DA SILVA

CGU-PADControladoria-Geral
da União**RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS EM AVOCAÇÃO/REQUISIÇÃO PELA CGU**

Quadro Consolidado Global		Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Quantidade de Órgãos:	1	Número de Procedimentos
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos		0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia		0
Total de Processos Administrativos Disciplinares		0
Total de Ritos Sumários		0
Total de Sindicâncias		0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'		0
Total de Sindicâncias Patrimoniais		0
Total de Procedimentos		0

Centro Federal de Educação Tecnológica 'Celso Suckow da Fonseca'		Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Quadro Consolidado:		Número de Procedimentos
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos		0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia		0
Total de Processos Administrativos Disciplinares		0
Total de Ritos Sumários		0
Total de Sindicâncias		0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'		0
Total de Sindicâncias Patrimoniais		0
Total de Procedimentos		0

CGU-PADControladoria-Geral
da União**RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS EM DECISÃO REVISÃO DO PROCESSO**

Quadro Consolidado Global		Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Quantidade de Órgãos:	1	Número de Procedimentos
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos		0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia		0
Total de Processos Administrativos Disciplinares		0
Total de Ritos Sumários		0
Total de Sindicâncias		0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'		0
Total de Sindicâncias Patrimoniais		0
Total de Procedimentos		0

Centro Federal de Educação Tecnológica 'Celso Suckow da Fonseca'		Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Quadro Consolidado:		Número de Procedimentos
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos		0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia		0
Total de Processos Administrativos Disciplinares		0
Total de Ritos Sumários		0
Total de Sindicâncias		0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'		0
Total de Sindicâncias Patrimoniais		0
Total de Procedimentos		0

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;

As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 11 de 11

Data da emissão do relatório: 18/03/2013

Emitido por: LUIZ EDUARDO LARANJEIRA DA SILVA

4 PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

4.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

Este Centro só é responsável somente pela a execução de ações que serão apresentadas a seguir.

4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Não existem Programas Temáticos sob a Responsabilidade do CEFET/RJ.

4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Não existem Objetivos Vinculados a Programas Temáticos sob a Responsabilidade do CEFET/RJ.

4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Não existem Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos sob a Responsabilidade do CEFET/RJ.

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Os quadros abaixo apresentam as ações de programas temáticos sob a responsabilidade do CEFET/RJ.

QUADRO A.4.4.1 6 AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	20RJ					
Descrição	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica					
Iniciativa	02BQ					
Unidade Responsável	26000					
Unidade Orçamentária	26256					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
284.959,00	284.959,00	0,00	0,00			0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Pessoa beneficiada	Unidade	350	0	284.959,00	0

Análise crítica: as atividades relacionadas com a capacitação de servidores da educação básica foram financiadas com recursos outros recursos disponíveis na instituição.

QUADRO A.4.4.2 ó AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	20RL					
Descrição	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa						
Unidade Responsável	26000					
Unidade Orçamentária	26256					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
32.557.112,00	33.756.295,00	27.874.326,54	12.876.135,94		14.998.190,60	12.370.238,09
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Aluno matriculado	Unidade	14.005	17.858	33.756.296,00	12.370.238,09

Análise crítica: O CEFET/RJ conseguiu diminuir alguns custos correntes e aumentar a meta em 28%. Cabe salientar que, principalmente por causa da greve, a inscrição em restos a pagar foi significativa, pois a grande parte das licitações foi efetuada no final do ano.

QUADRO A.4.4.3 ó AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	2994					
Descrição	Assistência ao Educando da Educação Profissional					
Iniciativa	02A5					
Unidade Responsável	MEC					
Unidade Orçamentária	CEFET/RJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
5.643.714,00	5.643.714,00	720.884,17	638.555,80		82.328,37	638.357,80
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Aluno assistido	Unidade	500	415	5.643.714,00	638.357,80

Análise crítica: A baixa realização financeira está relacionada com a tentativa de se efetuar a construção de um refeitório para oferecer merenda e refeições para os alunos do Centro. Infelizmente, ocorreram problemas no departamento técnico competente pelo projeto, que impossibilitou a licitação dos equipamentos. Além deste fato, em algumas unidades não foram encontrados alunos com o perfil sócio econômico para concessão de bolsas.

QUADRO A.4.4.4 6 AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	6358					
Descrição	Capacitação de recursos Humanos da Educação Profissional					
Iniciativa	02B3					
Unidade Responsável	26000					
Unidade Orçamentária	26256					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
280.000,00	280.000,00	134.596,39	88.865,50	-	45.730,89	88.435,50
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Pessoa capacitada	Unidade	35	34	280.000,00	88.435,50

Análise crítica: A meta prevista foi atingida com a utilização a menor dos recursos.

4.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Não se aplica ao Centro.

4.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

QUADRO A.4.6.1 6 AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação							
Código	0181						
Descrição	Pagamento de Aposentadorias e Pensões- Servidores Civis						
Unidade Responsável	26000						
Unidade Orçamentária	26256						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
56.139.542,00	57.939.542,00	57.760.136,79	57.760.136,79	-	-	57.760.136,79	
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
						56.139.542,00	57.760.136,79

Análise Crítica: Não existe meta física específica para essa ação e foi necessário um pequeno aporte para se efetuar as despesas necessárias.

QUADRO A.4.6.2 6 AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código		00G5				
Descrição		Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor				
Unidade Responsável		26000				
Unidade Orçamentária		26256				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
679.129,00	679.129,00					679.129,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica: Os valores são alocados diretamente para a Unidade Orçamentária e repassados ao órgão competente.

QUADRO A.4.6.3 6 AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código		0005				
Descrição		Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado- Precatórios				
Unidade Responsável		26000				
Unidade Orçamentária		26256				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
6.173.896,00	6.173.896,00	5.750.871,28	5.750.871,28			5.750.871,28
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
						6.173.896,00
						5.750.871,28

Análise Crítica: Os valores são alocados diretamente para a Unidade Orçamentária e repassados ao órgão competente.

QUADRO A.4.6.4 6 AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	20CW					
Descrição	Assistência Médica aos servidores e empregados ó Exames Periódicos					
Unidade Responsável	26000					
Unidade Orçamentária	26256					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
98.061,00	90.061,00	0,00	0,00	-	-	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Servidor beneficiado	Unidade	545	0	98.061,00	0,00

Análise Crítica: Os valores foram retornados ao MEC pois não puderam ser usados por problemas na implementação da licitação.

QUADRO A.4.6.5 6 AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	20TP					
Descrição	Pagamento de Pessoal Ativo da União					
Unidade Responsável	26000					
Unidade Orçamentária	26256					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
75.542.609,00	88.042.609,00	84.303.753,79	84.303.753,79	-	-	84.303.753,79
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
					75.542.609,00	84.303.753,79

Análise Crítica: Os valores são alocados diretamente para a Unidade Orçamentária e repassados aos servidores.

QUADRO A.4.6.6 6 AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código		2004				
Descrição		Assistência Médica e Odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes				
Unidade Responsável		26000				
Unidade Orçamentária		26256				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.500.000,00	1.532.000,00	1.515.921,25	1.515.921,25			1.515.921,25
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Pessoa beneficiada	Unidade	1316	1137	1.500.000,00	1.515.921,25

Análise Crítica: Os valores são alocados diretamente para a Unidade Orçamentária e repassados aos servidores.

QUADRO A.4.6.7 6 AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código		2010				
Descrição		Assistência Pré-Escolar aos dependentes dos servidores e empregados				
Unidade Responsável		26000				
Unidade Orçamentária		26256				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
132.000,00	132.000,00	126.547,95	126.547,95			126.547,95
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Criança atendida	Unidade	124	131	132.000,00	126.547,95

Análise Crítica: As metas foram atingidas, com a utilização de recursos compatíveis para a ação.

QUADRO A.4.6.86 AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	2011					
Descrição	Auxílio Transporte aos servidores e empregados					
Unidade Responsável	26000					
Unidade Orçamentária	26256					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.680.000,00	1.680.000,00	1.556.642,58	1.556.642,58	-	-	1.556.642,58
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Servidor beneficiado	Unidade	909	557	1.680.000,00	1.556.642,58

Análise Crítica: Os valores são alocados diretamente para a Unidade Orçamentária e repassados aos servidores.

QUADRO A.4.6.9 6 AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	2012					
Descrição	Auxílio- Alimentação aos servidores e empregados					
Unidade Responsável	26000					
Unidade Orçamentária	26256					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.900.000,00	3.900.000,00	3.745.032,41	3.745.032,41			3.745.032,41
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Servidor beneficiado	Unidade	1.069	1.077	3.900.000,00	3.745.032,41

Análise Crítica: Os valores são alocados diretamente para a Unidade Orçamentária e repassados aos servidores.

QUADRO A.4.6.10 6 AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código		4572				
Descrição		Capacitação de Servidores Públicos em Processo de Qualificação e Requalificação				
Unidade Responsável		26000				
Unidade Orçamentária		26256				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
550.000,00	550.000,00	550.000,00	465.750,00	-	-	465.750,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Servidor capacitado	Unidade	150	310	550.000,00	465.750,00

Análise Crítica: O Centro conseguiu efetivamente superar a meta. Cabe salientar que alguns docentes da educação básica se utilizaram desta ação para capacitação.

QUADRO A.4.6.11 6 AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código		OOID				
Descrição		Contribuição ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica- CONIF				
Unidade Responsável		26000				
Unidade Orçamentária		26256				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
43.984,00	43.984,00	43.984,00	43.984,00			43.984,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
			-	-	43.984,00	43.984,00

Análise Crítica: Esta ação é única e exclusiva para o pagamento do CONIF.

QUADRO A.4.6.12 6 AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código		OOIE				
Descrição		Contribuição a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior- ANDIFES				
Unidade Responsável		26000				
Unidade Orçamentária		26256				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
21.433,00	21.433,00	19.897,04	19.897,04	-	-	19.897,04
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
			-	-	21.433,00	19.897,04

Análise Crítica: Esta ação é única e exclusiva para o pagamento da ANDIFES.

QUADRO A.4.6.13 6 AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código		O9HB				
Descrição		Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.				
Unidade Responsável		26000				
Unidade Orçamentária		26256				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
15.999.960,00	16.896.430,00	16.626.778,76	16.626.778,76	-	-	16.626.778,76
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
			-	-	15.999.960,00	16.626.778,76

Análise Crítica: Os valores são alocados diretamente para a Unidade Orçamentária e repassados aos servidores.

4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

O **Quadro A.4.7** abaixo detalha as informações identificadoras das Unidades Orçamentárias (UO) que recebem os créditos orçamentários utilizados pelas UJ que compõem o Relatório de Gestão. Caso a UJ não seja UO e não tenha UGO consolidada ou agregada, deve fazer constar esta informação em tópico específico do Relatório de Gestão.

QUADRO A.4.7 6 IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Centro Federal de educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	26256	153010

4.2.2 Programação de Despesas

Este grupo de demonstrativos compreende as informações sobre a programação orçamentária da UJ, que devem ser demonstradas em três quadros, a saber: Programação de Despesas Correntes; Programação de Despesas de Capital; Quadro Resumo da Programação da Despesa e da Reserva de Contingência. Além dos três quadros acima especificados, a UJ deve ainda fazer a análise crítica da programação orçamentária, conforme indicado em item a seguir.

4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

O **Quadro A.4.8** abaixo, denominado **Programação de Despesas Correntes**, está organizado em três (3) colunas duplas, que contemplam os três (3) grupos de despesa da categoria econômica Despesas Correntes, quais sejam: 1 ó Pessoal e Encargos Sociais; 2 ó Juros e Encargos da Dívida; 3 ó Outras Despesas Correntes.

QUADRO A.4.8 6 PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 ó Pessoal e Encargos Sociais		2 ó Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	154.535.136	122.778.054			36.487.802	24.372.265
	PLOA	154.535.136	122.778.054			36.487.802	24.372.265
	LOA	154.535.136	122.778.054			36.487.802	24.372.265
CRÉDITOS	Suplementares	18.196.470	24.402.618			687.337	1.116.000
	Especiais	-					
	Extraordinários	-					
		-					

	Créditos Cancelados	-3.000.000	-13.359				-139.292
	Outras Operações						
	Total	169.731.606	147.180.162			37.175.139	25.488.265

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital

O **Quadro A.4.9** abaixo, denominado **Programação de Despesas de Capital**, está organizado em três (3) colunas duplas, que contemplam os três (3) grupos de despesa da categoria econômica Despesas de Capital, quais sejam: 4 ó Investimentos; 5 ó Inversões Financeiras; 6 ó Amortização da Dívida.

QUADRO A.4.9 ó PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 ó Investimentos		5 ó Inversões Financeiras		6 - Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	10.203.471	8.678.702				
	PLOA	10.203.471	8.678.702				
	LOA	10.203.471	8.678.702				
CRÉDITOS	Suplementares	543.836					
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos	5.403.965				
		Reabertos					
Créditos Cancelados							
Outras Operações							
Total		16.151.272	8.678.702				

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

O Quadro A.4.10 abaixo, denominado **Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência**, é um quadro resumo dos dois (2) demonstrativos anteriores (Quadros A.4.8 e A.4.9), contemplando ainda a reserva de contingência.

QUADRO A.4.10 6 QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 ó Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	191.022.938	147.150.319	10.203.471	8.678.702		
	PLOA	191.022.938	147.150.319	10.203.471	8.678.702		
	LOA	191.022.938	147.150.319	10.203.471	8.678.702		
CRÉDITOS	Suplementares	18.883.807	25.518.618	543.836			
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos			5.403.965		
		Reabertos					
Créditos Cancelados	-3.000.000	-152.651					
Outras Operações							
Total		206.906.745	172.668.427	16.151.272	8.678.702		

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.2.4 Análise Crítica

As dotações foram compatíveis com as necessidades do Centro. Cabe salientar que a paralização ocorrida durante o ano, dificultou a execução e aumentou a inscrição em restos a pagar, pois levou as licitações para o final do ano.

4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

O Quadro A.4.11 abaixo, denominado **Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa**, compreende o conjunto dos créditos orçamentários concedidos ou recebidos de UG não associada à UJ (ou seja, concedidos ou recebidos de UG relacionada a UJ que não componha o Relatório de Gestão).

Este quadro contempla cinco (5) colunas e está dividido em dois (2) grupos de informação. O primeiro contém os créditos internos e externos concedidos ou recebidos para a realização de despesas correntes, enquanto o segundo contém os créditos internos e externos concedidos ou recebidos para a realização de despesas de capital.

QUADRO A.4.11 6 MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 6 Pessoal e Encargos Sociais	2 6 Juros e Encargos da Dívida	3 6 Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos	26101	26256	1212210920RH0001			3.493,12
		26101	26256	12363203163800001			30.070,00
		26290	26256	12368203020RM0001			59.000,00
		26291	26256	12364203204870001			129.700,79
		26298	26256	12363203182520001			4.843,00
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 - Investimentos	5 6 Inversões Financeiras	6 6 Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos	26101	26256	12363203120RG0001	2.382.486,60		
		26290	26256	12122210920RH0001	6.146,16		
		26991	26256	12571203240190001	359.901,48		
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos	24901	26256	19571202149470001	9.279,20		

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

As informações sobre a Execução Orçamentária estão divididas em dois (2) conjuntos de demonstrativos, apresentados abaixo.

4.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários

Os quadros a seguir destinam-se à demonstração da execução das despesas cujos créditos orçamentários foram recebidos diretamente da LOA e não por movimentação.

4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação 6 Créditos Originários

O Quadro A.4.12 abaixo, denominado **Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ**, contempla duas (2) colunas com informações sobre a **Despesa Liquidada** e a **Despesa Paga**.

**QUADRO A.4.12 6 DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO 6 CRÉDITOS
ORIGINÁRIOS**

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	8.588.947,32	16.238.141,97	8.096.835,96	6.911.438,89
a) Convite				
b) Tomada de Preços		491.077,29		
c) Concorrência				
d) Pregão	8.588.947,32	15.747.064,68	8.096.835,96	6.911.438,89
e) Concurso				
f) Consulta				
2. Contratações Diretas (g+h)	3.274.016,61	4.201.467,17	3.260.093,88	2.845.214,10
g) Dispensa	933.860,60	895.296,99	919.937,87	338.970,33
h) Inexigibilidade	2.340.156,01	3.309.170,18	2.340.156,01	2.506.243,77
3. Regime de Execução Especial				
i) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	166.239.692,36	152.494.963,36	166.210.308,13	152.494.963,36
j) Pagamento em Folha	165.787.047,66	152.163.858,71	165.787.047,66	152.163.858,71
k) Diárias	452.644,70	331.104,65	423.260,47	331.104,65
5. Outros	7.445.289,27	1.325.704,77	7.445.091,27	1.324.024,77
6. Total (1+2+3+4+5)	185.547.945,56	174.260.277,27	173.655.399,4	153.818.988,13

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa ó Créditos Originários

O Quadro A.4.13 abaixo, denominado **Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ**, contém quatro (4) colunas com os seguintes campos: **Despesa Empenhada, Despesa Liquidada, RP não processados e Valores Pagos.**

QUADRO A.4.13 6 DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA 6 CRÉDITOS
ORIGINÁRIOS

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Despesas de Pessoal (1)								
11	83.423.571,95	73.924.538,70	83.423.571,95	73.924.538,70			83.423.571,95	73.920.866,59
01	44.445.250,12	40.710.267,80	44.445.250,12	40.710.267,80			44.445.250,12	40.710.267,80
13	17.006.150,15	15.710.725,77	17.006.150,15	15.710.725,77			17.006.150,15	15.710.725,77
Demais elementos do grupo	22.566.568,40	15.151.703,74	22.566.568,40	15.151.703,74			22.566.568,40	15.151.703,74
Outras Despesas Correntes (3)								
39	8.052.565,73	6.558.446,24	4.410.156,75	3.936.210,74	3.642.408,98		4.251.470,60	2.622.235,50
37	6.848.904,06	4.708.690,89	5.102.056,72	4.011.152,41	1.746.847,34		4.996.600,60	697.538,48
46	3.745.032,41	3.629.838,55	3.745.032,41	3.629.838,55	0,00		3.745.032,41	0,00
Demais elementos do grupo	8.574.595,37	7.543.870,18	7.302.282,69	5.837.387,82	1.272.312,68		7.226.423,18	1.706.482,36
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Investimentos (4)								
52	8.279.559,88	6.909.212,36	432.253,74	896.328,65	7.847.306,14	6.012.883,71	265.729,67	817.580,18
51	386.000,00	0,00	0,00	0,00	386.000,00	0,00	0,00	0,00
39	379.356,883	69.377,00	63.732,16	9.990,00	315.624,72	59.387,00	63.732,16	9.990,00
Demais elementos do grupo	21.800,00	525,45	21.800,00	525,45	0,00	0,00	21.800,00	525,45

4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Como já dito, o segundo demonstrativo, denominado **Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação**, contempla a mesma estrutura de informações do demonstrativo explanado anteriormente.

4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação ó Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.14 ó DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO ó CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)				
l) Convite				
m) Tomada de Preços				
n) Concorrência				
o) Pregão	118.567,84	35.999,15	57.621,51	24.971,28
p) Concurso				
q) Consulta				
2. Contratações Diretas (g+h)				
r) Dispensa	16.709,20	7.113,24	7.430,00	5.200,00
s) Inexigibilidade				
3. Regime de Execução Especial				
t) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (j+k)				
u) Pagamento em Folha				
v) Diárias		30.679,94		30.679,94
5. Outros	58.909,29	19.590,00	92.164,99	17.955,00
6. Total (1+2+3+4+5)	64.728,78	93.382,33	157.216,50	78.806,22

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa ó Créditos de Movimentação

O quadro abaixo apresenta as despesas relacionadas a créditos de movimentação por grupo e elemento de despesa.

QUADRO A.4.15 ó DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA ó CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
3 ó Outras Despesas Correntes								
36	92.107,09	8.882,00	92.107,09	8.882,00			92.107,09	8.882,00
33	66.893,64	51.286,78	62.687,84	27.937,99	4.205,80	23.348,79	57.621,51	24.429,33
18	30.070,00	19.590,00	30.070,00	17.955,00		1.635,00	30.070,00	17.955,00
Demais elementos do grupo	37.945,47	29.276,33	36.520,47	23.192,33	1.425,00	6.084,00	36.327,19	21.797,94
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 ó Investimentos								
52	1.588.289,58	464.750,45	65.159,20	10.580,01	1.523.130,38	454.170,44		2.541,95
51	1.163.377,70				1.163.377,70			
39		216.550,60		3.200,00		213.350,60		3.200,00
Demais elementos								

do grupo								
----------	--	--	--	--	--	--	--	--

4.2.4.2.3 Análise crítica

O principal problema que pode ser observado é a quantidade de restos a pagar não processados que foram inscritos em 2012. Esta inscrição ocorreu principalmente por causa do evento da greve durante o exercício. Outro ponto que contribuiu para os altos valores inscritos foi a liberação, por parte da SETEC, de recursos orçamentários para cobrir os passivos relacionados aos programas de expansão da rede, onde o CEFET/RJ implementou 5 novos *campi*, sem receber recursos para reforma e manutenção da infraestrutura necessária para a implementação. Devido a liberação tardia dos recursos, diversas obras foram licitadas, contudo a execução financeira atravessará o fim do exercício.

Outro fato que prejudicou o desenvolvimento das atividades foi o contingenciamento efetuado pela Presidência da República nos elementos de diárias e passagens. Para atender o contingenciamento feito, o Centro teve que restringir certas ações acadêmicas, o que impacta as visitas técnicas e viagens relacionadas com a participação em congressos científicos.

5 PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

5.1 Reconhecimento de Passivos

Não se aplica ao Centro.

5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não se aplica ao Centro.

5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

O **Quadro A.5.2** abaixo contempla o montante de restos a pagar de exercícios anteriores inscritos e os respectivos valores cancelados e pagos acumulados até o final do exercício de referência do relatório de gestão, bem como o saldo a pagar apurado no dia 31/12/2012.

QUADRO A.5.2 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	252.297,51			
2010	65.505,49	-231,70		
2009	351,26	-645,25		
2008	645,25	-351,26		
2007	231,70	-2.315,54	63.189,95	
2006	48.622,36	-2.528,93	240.495,93	9.272,65
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	11.767.115,77	-577.019,65	8.677.648,82	
2010	2.521.360,77	2.172.667,49	348.693,28	2.542.447,41

Fonte: SIAFI Gerencial

5.2.2 Análise Crítica

Nos últimos anos, por motivos diversos, tivemos a execução orçamentária concentrada no final do exercício, o que gera um grande montante de inscrições em RP. Aliado a esse fato, as descentralizações efetuadas pelo MEC, através de suas secretarias ocorrem também em final de exercício que aumenta as inscrições em RP.

5.3 Transferências de Recursos

5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Os Quadros A.5 não se aplicam ao Centro.

5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Não se aplica ao Centro.

5.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes

Não se aplica ao Centro.

5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Não se aplica ao Centro.

5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Não se aplica ao Centro.

5.4 Suprimento de Fundos

O CEFET/RJ não se utilizou de suprimento de fundos.

5.5 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ

O Centro não efetuou renúncia tributária no exercício.

5.6 Gestão de Precatórios

QUADRO A.5.25 ó REQUISIÇÕES E PRECATÓRIOS ó ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Valores em R\$ 1,00

Precatórios - Requisição												
Administração Indireta												
Natureza	Quantidade de Requisição e Valor						Quantidade de Precatório e Valor					
	2011		2010		2009		2011		2010		2009	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Alimentícia												
Comum												
Total												
Precatórios ó Dotação e Pagamento												
Natureza	Dotação Orçamentária			Valores Pagos/Tipo de Credor						Saldos a Pagar		
				Pessoa Física			Pessoa Jurídica					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010	2012	2011	2010			
Alimentícia												
Comum	6.843.025,00				6.843.025,00							
Total												
<p>Observações: O valor constante no quadro foi consignado no orçamento deste Centro em cumprimento ao Art. 100 da CFB. O Sistema SIAFI, via SOF, efetua automaticamente a descentralização do recurso em cumprimento ao Art. 24 da LDO 2004 e, desta forma, transfere ao órgão competente que neste caso pertence ao TRT -1ª Região RJ para execução do pagamento do beneficiário.</p>												

Fonte: SIAFI

6 PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

O perfil do quadro de servidores ativos do Centro é apresentado nos quadros a seguir.

6.1.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

O quadro abaixo visa a demonstrar a força de trabalho do Centro, comparando a lotação autorizada com a efetiva.

QUADRO A.6.1 6 FORÇA DE TRABALHO DA UJ 6 SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)		1057	32	13
1.1. Membros de poder e agentes políticos		-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		-	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		1054	32	13
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		02	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		01	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		-	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários		101	74	03
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		-	-	-
4. Total de Servidores (1+2+3)		1158	106	16

Fonte: DRH

6.1.1.2 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

O quadro abaixo visa a demonstrar as situações que reduzem a força de trabalho da UJ, normalmente situações que caracterizam a ausência momentânea do servidor, conforme previsões legais.

QUADRO A.6.2 6 SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ 6 SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	04
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	00
1.2. Exercício de Função de Confiança	00
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	04
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	20
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	00
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	13
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	00
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	07
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	19
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	05
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	00
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	01
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	00
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	13
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	00
4.1. Doença em Pessoa da Família	00
4.2. Capacitação	00
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	07
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	02
5.2. Serviço Militar	00
5.3. Atividade Política	00
5.4. Interesses Particulares	05
5.5. Mandato Classista	00
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	00
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	37

Fonte DRH

6.1.1.3 Qualificação da Força de Trabalho

O quadro abaixo identifica a estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas do CEFET/RJ.

QUADRO A.6.3 6 DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	43	43	05	02
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	43	41	04	02
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	01	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	1	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	01	01	0
2. Funções Gratificadas	169	147	59	42
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	169	147	59	42
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	212	190	64	44

Fonte: DRH

6.1.1.4 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

O Quadro A.6.4 a seguir apresenta o perfil etário do quadro de pessoal ativo do CEFET/RJ.

QUADRO A.6.4 6 QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA 6 SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	123	248	199	309	89
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	123	248	199	309	89
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	21	47	51	54	17
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	9	12	20	2
2.3. Funções Gratificadas	21	38	39	34	15
3. Totais (1+2)	144	295	250	363	106

Fonte: DRH

6.1.1.5 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

O **Quadro A.6.5** a seguir visa a demonstrar o perfil de escolaridade do quadro de pessoal ativo do CEFET/RJ.

QUADRO A.6.5 ó QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	-	-	30	20	89	101	240	318	169
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	30	20	89	101	240	318	169
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	-	-	0	4	20	21	55	48	43
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	1	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	3	6	13	8	13
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	4	17	15	42	39	30
3. Totais (1+2)	-	-	30	24	109	122	295	366	212

LEGENDA
Nível de Escolaridade
 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 ó Mestrado; 9 ó Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: DRH

6.1.1.6 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

A composição do quadro de custos de pessoal da UJ é demonstrada no quadro a seguir, onde são discriminadas as naturezas de despesas de pessoal para cada tipologia de servidores e de cargos relativamente ao exercício de referência do relatório de gestão e aos dois imediatamente anteriores.

QUADRO A.6.6 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E Valores em R\$ 1,00
NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos										
Exercícios	2012									
	2011									
	2010									
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão										
Exercícios	2012	42.285.768	303.303	11.895.222	119.165	1.271.363	44.471.886	644.605	4.378.728	105.370.043
	2011	29.990.513		9.236.106		1.206.705	4.453.617	40.757.544		90.643.724
	2010	26.223.061		6.418.442		402.652	1.777.146	30.325.401		65.146.676
Servidores com Contratos Temporários										
Exercícios	2012	1.294.828		134.712						1.429.540
	2011	218.439		18.628						237.067
	2010	0		0						0
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença										
Exercícios	2012									
	2011									
	2010									
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
Exercícios	2012									
	2011									
	2010									
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
Exercícios	2012		22.760.815							22.760.815
	2011	1.424.963	27.781.102			211.608				31.411.556
	2010	1.249.170	23.544.032	305.750		84.656				26.685.550
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas										
Exercícios	2012		1.858.442							1.858.442
	2011	4.705.693	1.779.409			698.799				13.768.348
	2010	4.232.594	1.784.157	1.035.983		268.844				12.299.308

Fonte: SIAFI

6.1.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

As informações sobre o Quadro de Servidores Inativos são prestadas nos dois quadros a seguir: O primeiro compreende a composição do quadro de servidores inativos; o segundo a composição do quadro dos instituidores de pensão.

6.1.2.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

O **Quadro A.6.7** abaixo, correspondente ao primeiro demonstrativo, compreende uma planilha onde, na primeira coluna, são discriminados dois (2) regimes de proventos, subdivididos em quatro (4) regimes de aposentadoria, cada um, enquanto as duas (2) colunas restantes informam sobre o quantitativo dos servidores na UJ e o número de aposentadorias ocorridas no exercício de referência, de acordo com os regimes de proventos e de aposentadoria.

QUADRO A.6.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	33	34
1.1 Voluntária	28	29
1.2 Compulsória	3	3
1.3 Invalidez Permanente	3	2
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	0	0
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	-	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	33	34

Fonte: DRH

6.1.2.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

O **Quadro A.6.8** abaixo corresponde ao segundo demonstrativo e compreende uma planilha onde, nas linhas, são discriminados os regimes de proventos originários do instituidor de pensão, enquanto, nas colunas, são informados os quantitativos dos beneficiários de acordo com cada regime de proventos.

QUADRO A.6.8 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	11	11
1.1. Integral	7	7
1.2. Proporcional	4	4
2. Em Atividade	4	4
3. Total (1+2)	15	15

Fonte: DRH

6.1.3 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

No momento da investidura do servidor é verificada a documentação pertinente para verificar se existe algum impeditivo relacionado com o acúmulo. Neste momento, o servidor é informado sobre a situação. No decorrer da vida funcional do servidor, no caso de alguma sinalização oriunda dos órgãos de controle interno e externo, processo administrativo é aberto para apuração do ocorrido.

6.1.4 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

6.1.4.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

O Quadro A.6.9 apresenta a quantidade dos atos ocorridos no exercício de referência do relatório de gestão e no exercício anterior e a quantidade de atos efetivamente cadastrada no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões ó SISAC, de forma demonstrar a conformidade da gestão dos atos de pessoal da UJ com o art. 2º da Instrução Normativa TCU nº 55/2007.

QUADRO A.6.9 6 ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	74	51	74	51
Concessão de aposentadoria	30	26	30	26
Concessão de pensão civil	12	06	12	06
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório	5			
Totais	121	83	116	83

QUADRO A.6.10 6 ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	09	06	09	06
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Totais	09	06	09	06

QUADRO A.6.11 6 REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão		74		
Concessão de aposentadoria		30		
Concessão de pensão civil		12		
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				5
Total		116		
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento		09		
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Total		09		

6.1.4.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

Não ocorreram atos sujeitos à remessa ao TCU em meio físico.

6.1.4.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

Durante o exercício de 2012, não foram evidenciado atos com impropriedades identificadas que ensejaram diligências ou reprovação pelo órgão de controle interno ó OCI a que se vincula a UJ.

6.1.5 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

As Figuras abaixo apresentam o perfil das solicitações de licenças médicas registradas pelo serviço médico durante o período do exercício. Durante o período monitorado, 333 pedidos de licença médica foram registrados pelo serviço de saúde, totalizando 4.763 dias de licença concedidos. O mês crítico foi maio, onde 5% da força de trabalho requisitou alguma licença, sendo a média dos meses de 3%.

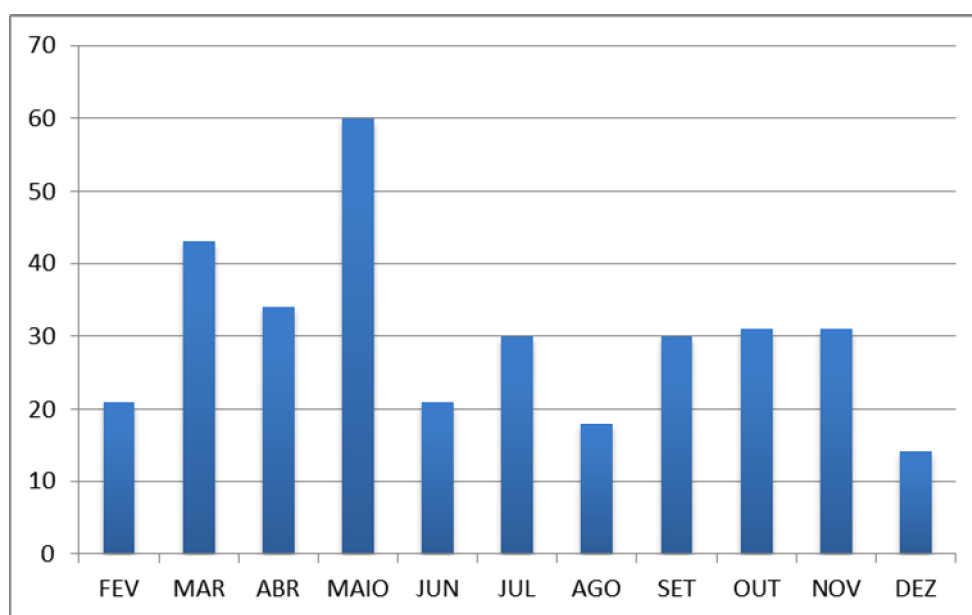


Figura 3: Número de servidores com licença médica concedida nos termos da Lei

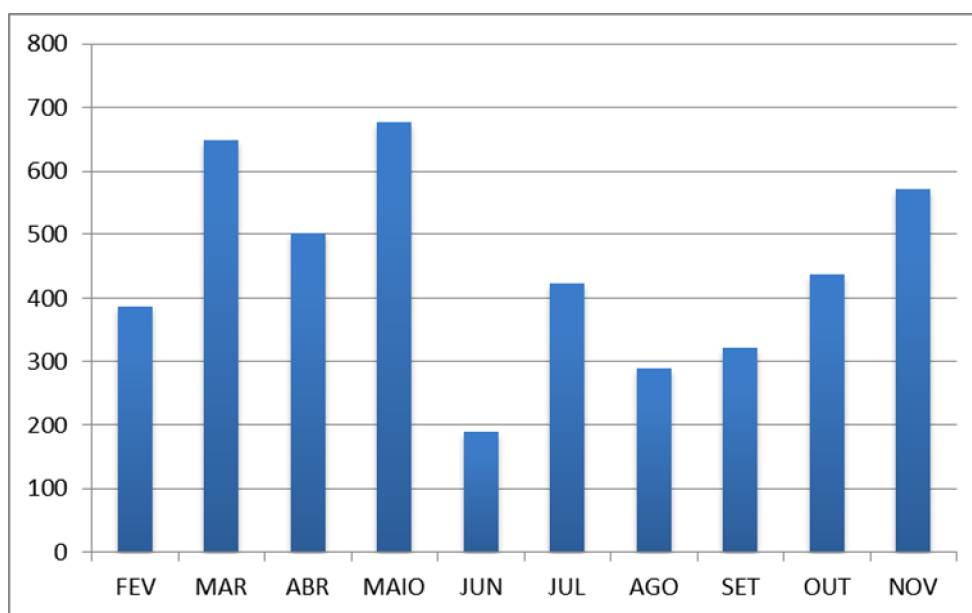


Figura 4: Número de dias concedidos em licenças médicas por período de concessão

6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

O CEFET/RJ não apresenta funcionários terceirizados que ocupam ou exercem cargos ou atividades típicos de categorias funcionais do plano de cargos da unidade.

6.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

O Quadro A.6.15 abaixo, não se aplica ao CEFET/RJ.

6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

O Quadro A.6.16 não se aplica ao CEFET/RJ.

6.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

O Quadro A.6.17 abaixo, correspondente ao quarto demonstrativo, compreende os contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva em vigência no exercício de 2012, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2012, mesmo que não efetivados no exercício.

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca													
UG/Gestão: 153010 / 15244							CNPJ: 42.441.758.0001-5						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	102/2011	08.471.527/0001-06	16/11/11	16/11/13			8	8			P
2012	L	O	66/2012	10.213.136/0001-33	19/10/12	19/10/13	6	6					A
2010	L	O	197/2010	10.333.675/0001-06.	29/11/10	03/05/13	20	20					P
2009	V	O	36/2009	05.234.289/0001-27.	05/08/09	29/07/13			44	44			P
2010	L	O	182/2010	08.003.201/0001-54	03/11/10	03/10/12	52	52					E
2012	L	O	62/2012	35.653.880/0001-80	03/10/12	03/10/13	42	42					A
2012	L	O	64/2012	07.847.564/0001-03	05/10/12	05/10/13	13	13					A
2012	L	O	63/2012	11.683.755/0001-54	05/10/12	05/10/13	4	4					A
2008	L	O	200/2008	07.755.950/0001-75	02/02/09	03/11/12	7	7					E
2012	L	O	68/2012	03.383.287/0001-74	05/11/12	05/11/13	7	7					A
2008	V	O	79/2008	02.841.990/0001-16.	23/10/08	23/10/12			8	8			E
2012	V	O	82/2012	08.471.527/0001-06.	26/10/12	26/10/13			8	8			A
2008	L	O	201/2008	68.582.709/0001-86	02/02/09	02/02/14	5	5					P
2008	L	O	210/2008	07.755.950/0001-75	02/02/09	03/11/12	5	5					E
2012	L	O	67/2012	02.540.754/0001-60	25/10/12	25/10/13	5	5					A
2008	V	O	80/2008	02.841.990/0001-16.	23/10/08	23/10/12			8	8			E
2012	V	O	81/2012	08.471.527/0001-06.	26/10/12	26/10/13			8	8			A
2011	V	O	103/2011	08.471.527/0001-06	10/11/11	10/11/13			8	8			P
2012	L	O	69/2012	02.540.754/0001-60	25/10/12	25/10/13	4	4					A
2011	L	O	45/2011	10.685.700.0001-10	09/05/11	09/05/12	4	4					E
2012	L	O	65/2012	03.383.287.0001-74	05/11/12	05/11/13	4	4					A
2011	V	O	101/2011	01.301.890.0001-34	25/11/11	25/11/13			12	12			P
2011	V	O	102/2011	08.471.527/0001-06	16/11/11	16/11/13			8	8			P

Observações:
Dados do Sistema CEFET/RJ

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: DIRAP/DEPAD/COMPASNET

6.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

O **Quadro A.6.18** abaixo, correspondente ao quinto demonstrativo, compreende os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra em vigência no exercício de 2012, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2012, mesmo que não efetivados no exercício. Excetuam-se deste quadro os contratos relativos à Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva, que devem ser tratados no Quadro A.6.12 anterior.

QUADRO A.6.18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante														
Nome: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca														
UG/Gestão: 153010 / 15244							CNPJ: 42.441.758.0001-5							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2010	7	O	186/2010	10.476.565/0001-01	11/11/10	11/11/13			20	20				P
2010	11	O	102/2010	10.622.386/0001-27	13/10/10	13/01/12	32	30		2				E
2012	11	O	11/2012	12.506.982/0001-77	08/02/12	15/01/14	39	34	1	6				P
2010	4	O	176/2010	11.395.635/0001-51	06/12/10	06/12/13			2	2				P
2011	7	O	81/2011	13.737.597/0001-01	01/11/11	01/11/12			2	2				E
Observações: Sistema CEFET/RJ														
<p>LEGENDA</p> <p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p>Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p> <p>Área:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo ó Menores Aprendizizes 12. Outras 														

Fonte: DIRAP/DEPAD/COMPASNET

6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

Este item não se aplica ao CEFET/RJ, pois o Centro não apresenta estagiários remunerados.

7 PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

O CEFET/RJ constituiu a sua frota de veículos com base na Lei nº 1.081. de 13 de abril de 1950 e na Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008.

Como o Centro tem distribuição geográfica em 8 localidades no Estado do Rio de Janeiro, a frota de veículos é de fundamental importância para os macroprocessos finalísticos e de suporte. Sua utilização passa por todas as necessidades logísticas da administração, além de fornecer suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A frota é composta de 26 veículos, sendo dois de transporte institucional e 24 para logística e transporte comum. Os veículos de transporte institucional totalizam uma utilização anual de 6.972 km e os de transporte comum totalizam 153.464 km.

Além disso, a frota de transporte institucional tem uma idade média de três anos (ano de fabricação 2010) e os de transporte comum apresenta uma idade média de nove anos (ano fabricação 2004). O custo de manutenção da frota é de aproximadamente R\$ 60.000,00 e o Centro começou um processo de reavaliar o modelo de composição da frota e a política de gestão. Esse trabalho tem por objetivo reavaliar os custos de manutenção da frota, comparando as possibilidades de compra *versus* locação e registro de preços para manutenção *versus* contrato de manutenção.

O Centro apresenta rotinas de escrituração das solicitações de uso da frota, além da escrituração do uso efetivo da frota. Esta escrituração é feita em planilhas, como determinado pela Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008, que também dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação e dá outras providências relativas à:

- Classificação, utilização e caracterização dos veículos oficiais;
- Mapa de Controle do Desempenho e Manutenção do Veículo Oficial;
- Ficha Cadastro de Veículo Oficial;
- Plano Anual Para Aquisição de Veículos - PAAV;
- Especificações para identificação dos veículos de transporte institucional;
- Especificações para identificação dos veículos de serviços comuns;
- Especificações para identificação dos veículos oficiais em contrato de serviço de transporte;
- Termo de Vistoria;
- Termo de Cessão/Doação; e
- Quadro Demonstrativo de Veículos Alienados.

Além dos veículos próprios, o Centro apresenta um contrato com a EMPRESA SOLAZER TRANSPORTES E TURISMO LTDA, com sede na Rua Laudelino Gato, nº 100 - Centro, Belford Roxo/RJ, Cep: 26100-000, telefax (21) 2786-8000 / 2786-8010, inscrita no CNPJ sob o nº 29.108.107/0001-30, no qual o serviço contratado consiste de locação ônibus executivo capacidade mínima de 46 (quarenta e seis) passageiros, equipados com poltronas acolchoadas e reclináveis, ar condicionado, TV e vídeo, frigobar, sanitário; com aprovação do sistema de qualidade TTA e seguro contra acidentes.

Neste contrato, o Centro só paga efetivamente por quilômetro rodado e tem a sua previsão de utilização somente nos casos em que a frota própria não é adequada para a prestação de serviço. Normalmente, a locação é utilizada em visitas técnicas, previstas no planejamento pedagógico dos cursos, para o transporte de turmas para visitas externas, em atividade puramente acadêmica. Todo o uso é registrado em documentação própria.

7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

O Quadro A.7.1 a seguir, denominado **Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**, está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis de propriedade da União que estavam sob a responsabilidade da UJ no final dos exercícios 2012 e 2011, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil e no exterior.

QUADRO A.7.1 6 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF 1 6 RJ	3	3
	Rio de Janeiro	2	2
	Nova Iguaçu	1	1
Subtotal Brasil		3	3
EXTERIOR		0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		3	3

Fonte: DEPAD

7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

O CEFET/RJ não apresentou bens imóveis locados de terceiros no exercício referente ao relatório de gestão.

7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

QUADRO A.7.3 6 DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
153010	6001.02717.500-7	21	3	84.977.124,00	01/02/13	108.188.770,80	231.093,29	2.734.051,76
153010	6001.02075.500-8	10	3	9.378.061,63	25/02/13	15.791.248,62	342.000,00	95.088,24
153010	5869.00029.500-6	21	3	14.694.562,50	25/02/13	15.151.417,50	573.093,29	-
Total							1.146.186,58	2.829.140,00

Fonte: SPIUNET/SIAFI

Legenda:

Regime: É o regime de utilização do imóvel formalizado com a União e a situação em que se encontra o processo de regularização do imóvel, que deverá ser informado conforme a seguinte codificação:

- | | |
|------------------------------------|------------------------------------|
| 1 ó Aquicultura | 12 ó Em regularização ó Outros |
| 2 ó Arrendamento | 13 ó Entrega ó Adm. Federal Direta |
| 3 ó Cessão ó Adm. Federal Indireta | 14 ó Esbulhado (Invadido) |
| 4 ó Cessão ó Outros | 15 ó Imóvel Funcional |
| 5 ó Cessão ó Prefeitura e Estados | 16 ó Irregular ó Cessão |
| 6 ó Cessão Onerosa | 17 ó Irregular ó Entrega |
| 7 ó Comodato | 18 ó Irregular ó Outros |
| 8 ó Disponível para Alienação | 20 ó Locação para Terceiros |
| 9 ó Em processo de Alienação | 21 ó Uso em Serviço Público |
| 10 ó Em regularização ó Cessão | 22 ó Usufruto Indígena |
| 11 ó Em regularização ó Entrega | 23 ó Vago para Uso |

Estado de Conservação: Estado em que se encontra o imóvel, segundo a seguinte classificação:

- | | |
|---------------|---------------------------------|
| 1 ó Novo | 5 ó Reparos Importantes |
| 2 ó Muito Bom | 6 ó Ruim |
| 3 ó Bom | 7 ó Muito Ruim (valor residual) |
| 4 ó Regular | 8 ó Sem Valor |

Análise Crítica: Os valores dos gastos com manutenção do RIP 6001.02717.500-7 englobam todas as unidades, pois temos um contrato de manutenção que é utilizado por todos os imóveis.

8 PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.

8.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

O **Quadro A.8.1** a seguir, denominado **Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada**, apresenta a estrutura de governança corporativa e de TI do Centro. O Quadro está subdividido em 9 (nove) blocos de questões nas quais foi escolhida a opção que melhor representa a realidade do CEFET/RJ. No bloco de questões de 1 a 6, foi assinalado com um **õXö** as opções verdadeiras. Na questão 7, foi usada a seguinte escala para responder:

- (1) **nunca**: significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
- (2) **às vezes**: significa que a afirmativa vez ou outra é aplicada ao contexto da UJ.
- (3) **usualmente**: significa que a afirmativa é aplicada ao contexto da UJ com frequência.
- (4) **sempre**: significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

QUADRO A.8.1 6 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
õXö	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
õXö	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
õXö	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
õXö	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
õXö	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
õXö	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
õXö	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
X	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____

<input checked="" type="checkbox"/>	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
<input type="checkbox"/>	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
<input type="checkbox"/>	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
<input type="checkbox"/>	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
<input type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
<input type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
<input type="checkbox"/>	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
<input type="checkbox"/>	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
<input type="checkbox"/>	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
<input type="checkbox"/>	(3) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
<input type="checkbox"/>	(2) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
<input type="checkbox"/>	(2) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
<input type="checkbox"/>	(3) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
<input type="checkbox"/>	(3) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
<input type="checkbox"/>	(2) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
<input type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
<input type="checkbox"/>	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
<input type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
<input type="checkbox"/>	Entre 41 e 60%.
<input type="checkbox"/>	Acima de 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

8.2 Análise Crítica

Em setembro de 2012, a Direção-Geral, através da Portaria nº 664, de 06 de setembro de 2012, instituiu o Comitê Executivo de Tecnologia da Informação (CETI). Ao CETI compete propor e executar a política de Tecnologia da Informação e o modelo de Governança de TI. Além disso, foi efetuada uma reestruturação no Centro para acelerar o cumprimento das metas do CETI. Além disso, foram pactuados com o OCI os prazos de cumprimento.

9 PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.9.1 apresenta o grau de desenvolvimento da gestão ambiental, mormente no que diz respeito a licitações sustentáveis.

QUADRO A.9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?		X			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					X
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?		X			
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?			X		
	Sim ()		Não ()		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?			X		
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?			X		
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

O Centro não aderiu a nenhum programa de sustentabilidade no período do exercício. Internamente, foi efetuado um convênio com a fornecedora de energia elétrica da sede para a instalação de painéis solares com intuito de gerar a energia necessária para a iluminação das áreas externas.

QUADRO A.9.2 6 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Valores em R\$ 1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão		Resultados			
O Centro não aderiu a nenhum programa	-		-			
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (resmas)	4978	4765	3747	40.319,00	38.595,00	30.354,16
Água (m3)	**	**	**	606.814,58	657.314,69	677.981,40
Energia Elétrica (kW)	**	**	**	2.368.004,03	2.434.828,57	2.161.964,09
Total				3.017.149,61	3.132.749,26	2.872.309,65

Fonte: DIRAP

** O Centro efetua contratos com demanda contratada.

10 PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.
10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício
10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca					000448
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9	025578/2009-4	8920/2012-2ª. câmara	9.3	DE	OF. No.
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
CEFET- Celso Suckow da Fonseca					000488
Descrição da Deliberação					
Determinar Ciência ao interessado do teor da deliberação					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DRH-CEFET/RJ					
Síntese da Providência Adotada					
Dada ciência ao interessado					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Resultado satisfatório e receptividade pelo servidor					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não existem deliberações pendentes de atendimento ao final do exercício.

10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

QUADRO A.10.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			000448
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

01	Nota Técnica 384/2013/CGU/RJ	2.1.1.1	OF. No. 26662,13/09/2011 e Of. No. 22253, de 10/10/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
CGU/RJ			
Descrição da Recomendação			
Eliminar as infiltrações, solução para reparos da rede elétrica e adequação do auditório para seu funcionamento.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Uned Nova Iguaçu			000488
Síntese da Providência Adotada			
Dos sete itens citados, 05 tiveram a demanda atendida.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recursos liberados através do Edital 01/SETEC/MEC, havendo licitação e execução dos projetos para solução dos itens 6 e 7 referentes a banheiro e rede elétrica			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Demora na liberação dos recursos somente em outubro de 2012 pela SETEC/MEC			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			000448
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Nota Técnica 384/2013/CGU/RJ	2.1.1.2	OF. No. 26662,13/09/2011 e Of. No. 22253, de 10/10/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
CGU/RJ			
Descrição da Recomendação			
Investir em treinamento para os servidores da UAUDI/CEFET/RJ			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
CEFET/RJ/Maracanã			000488
Síntese da Providência Adotada			
Participação da UAUDI em eventos promovidos pela CGU/TCU e elaboração do PAINT/RAINT.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
O RAIN/PAINT aprovado pelo Conselho Diretor			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não se aplica			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			000448
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

01	Nota Técnica 384/2013/CGU/RJ	2.1.1.2	OF. No. 26662,13/09/2011 e Of. No. 22253, de 10/10/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
CGU/RJ			
Descrição da Recomendação			
Implantação das etapas de planejamento das auditorias			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
UAUDI			000488
Síntese da Providência Adotada			
Elaboração do documento a partir de 2011			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Implantado na UAUDI o PAINT e o PA			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não se aplica			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			000448
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Nota Técnica 384/2013/CGU/RJ	2.1.1.2	OF. No. 26662,13/09/2011 e Of. No. 22253, de 10/10/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
CGU/RJ			
Descrição da Recomendação			
Implantação das etapas de planejamento das auditorias			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
UAUDI			000488
Síntese da Providência Adotada			
Elaboração do documento a partir de 2011			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Implantado na UAUDI o PAINT e o PA			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não se aplica			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			000448
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

01	Nota Técnica 384/2013/CGU/RJ	2.1.1.2	OF. No. 26662,13/09/2011 e Of. No. 22253, de 10/10/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
CGU/RJ			
Descrição da Recomendação			
Implantação das etapas de planejamento das auditorias			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
UAUDI			000488
Síntese da Providência Adotada			
Elaboração do documento a partir de 2011			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Implantado na UAUDI do PAINT e o PA			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não se aplica			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			000448
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Nota Técnica 384/2013/CGU/RJ	2.1.1.2	OF. No. 26662,13/09/2011 e Of. No. 22253, de 10/10/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
CGU/RJ			
Descrição da Recomendação			
Seleção de amostras / método de amostragem			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
UAUDI			000488
Síntese da Providência Adotada			
Método de amostragem, visando obter evidências qualitativas em relação as recomendações e conclusões			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Utilização do método de amostragem a partir de 2011.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não se aplica			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			000448
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

01	Nota Técnica 384/2013/CGU/RJ	2.1.1.3	OF. No. 26662,13/09/2011 e Of. No. 22253, de 10/10/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
CGU/RJ			
Descrição da Recomendação			
Acumulação indevida sob o regime de dedicação exclusiva			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DIRAP/DRH			000488
Síntese da Providência Adotada			
Devolução ao erário dos valores pagos aos servidores			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Medidas adotadas para cálculo e devolução dos recursos e/ ou inscrição em dívida ativa			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não se aplica			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			000448
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Nota Técnica 384/2013/CGU/RJ	2.1.1.4	OF. No. 26662,13/09/2011 e Of. No. 22253, de 10/10/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
CGU/RJ			
Descrição da Recomendação			
Cancelamento de Empenhos			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DEPAF/GECOFI			000488
Síntese da Providência Adotada			
Elaboração do documento a partir de 2011			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Cancelados as notas de empenho e bloqueio pela SPO/STN em 2012			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Obediência aos Decretos no. 93.872/86 e 7.654/2011			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			000448
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

01	Nota Técnica 384/2013/CGU/RJ	2.1.1.5	OF. No. 26662,13/09/2011 e Of. No. 22253, de 10/10/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
CGU/RJ			
Descrição da Recomendação			
Adoção intempestiva de providências para avaliação de Imóvel			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
DEPAD			000488
Síntese da Providência Adotada			
Continuidade dos procedimentos de avaliação do imóvel			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Foram atualizados os valores no Sistema SPIUNET conforme orientações da SPU/RJ			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Novos fatores de cálculo sob o índice do IPCA devido a alterações determinadas pela SPU facilitou a reavaliação do imóvel no sistema			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			000448
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Nota Técnica 384/2013/CGU/RJ	2.1.1.6	OF. No. 26662,13/09/2011 e Of. No. 22253, de 10/10/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
CGU/RJ			
Descrição da Recomendação			
Adoção de medidas voltadas para a constituição da Comissão para coleta seletiva solidária			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
DIREX			000488
Síntese da Providência Adotada			
Estudos realizados junto a outros órgãos para avaliar o uso da metodologia adequada ao Centro para solução da destinação dos materiais recicláveis.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	000448
Recomendações do OCI	
Recomendações Expedidas pelo OCI	

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Nota Técnica 384/2013/CGU/RJ	2.2.1.1	OF. No. 26662,13/09/2011 e Of. No. 22253, de 10/10/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
CGU/RJ			
Descrição da Recomendação			
Inclusão no PAINT 2013 temas sobre transferências e gestão do patrimônio imobiliário			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
UAUDI			000488
Síntese da Providência Adotada			
Este item não se aplica ao CEFET/RJ			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Retificação do PAINT 2013 com a nova descrição no documento			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			000448
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Nota Técnica 384/2013/CGU/RJ	2.2.1.1	OF. No. 26662,13/09/2011 e Of. No. 22253, de 10/10/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
CGU/RJ			
Descrição da Recomendação			
Inclusão no PAINT 2013 temas sobre transferências e gestão do patrimônio imobiliário			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
DIREG/UAUDI			000488
Síntese da Providência Adotada			
O item 1e 2 deste item não se aplica ao CEFET/RJ,			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Retificação do PAINT 2013 com a nova descrição no documento relacionado ao tema gestão do Patrimônio imobiliário			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			000448
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Nota Técnica 384/2013/CGU/RJ	2.2.1.1	OF. No. 26662,13/09/2011 e Of. No. 22253, de 10/10/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
CGU/RJ			
Descrição da Recomendação			
Verificação das condições físicas do campus Nova Iguaçu no escopo do PAINT 2013			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
DIREG/UAUDI			000488
Síntese da Providência Adotada			
Atendimento a descrição do escopo do PAINT 2013 com as especificações retificadas no documento			
Síntese dos Resultados Obtidos			
O documento apresentado retificou o PAINT 2013 com a nova descrição no documento relacionado ao tema gestão do Patrimônio imobiliário			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			000448
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Nota Técnica 384/2013/CGU/RJ	2.2.1.1	OF. No. 26662,13/09/2011 e Of. No. 22253, de 10/10/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
CGU/RJ			
Descrição da Recomendação			
Adaptar o escopo das ações previstas no PAINT relativas à avaliação, por amostragem, dos processos licitatórios e da gestão do uso de cartões de pagamento.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
DIREG/UAUDI			000488
Síntese da Providência Adotada			
Atendimento a descrição do escopo do PAINT 2013 com as especificações retificadas no documento			
Síntese dos Resultados Obtidos			
O documento apresentado retificou o PAINT 2013 com a nova descrição no documento relacionado ao tema regularidade dos processos licitatórios e da gestão do uso de cartões de pagamento			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

10.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não existem recomendações pendentes no final do exercício.

10.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Estrutura da Unidade de Auditoria Interna

A Unidade de Auditoria Interna ó UAUDI foi criada através da Portaria nº. 07, de 15 de janeiro de 2001, em cumprimento ao Decreto nº. 3.591, de 06/09/2000, que a submete à orientação normativa e à supervisão técnica do Órgão Central e dos Órgãos Setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Em conformidade com o Estatuto do CEFET/RJ, aprovado pela Portaria/MEC nº. 3.796, de 1/11/2005, a Auditoria Interna é órgão de controle e está vinculada ao Conselho Diretor. Tem por competência estatutária, acompanhar o cumprimento das metas do Plano de Desenvolvimento Institucional, verificar o desenvolvimento da gestão da Instituição, visando comprovar a legalidade e legitimidade dos atos, examinar e emitir parecer prévio sobre a prestação de contas anual da Instituição e tomada de contas especiais, elaborar o PAINT do exercício seguinte, bem como o RAIN, a serem encaminhados ao Conselho Diretor e a Controladoria Geral da União - Regional/RJ.

Fluxo de Trabalho das Auditorias Realizadas

Ao final de cada trabalho de auditoria, os respectivos relatórios são encaminhados, para conhecimento, ao Conselho Diretor do CEFET/RJ, a Controladoria Geral da União ó Regional/RJ e aos Gestores Responsáveis pelas ações auditadas.

Aos Gestores Responsáveis são encaminhados também, quando couber, o Plano de Providências, para conhecimento e posicionamento quanto às recomendações emitidas.

Após a apresentação de justificativas ou de providências tomadas pela área auditada, é feito um trabalho sintetizando a situação do relatório, com as seguintes informações: recomendação, prazo para implementação, manifestação do gestor, posicionamento da UAUDI e providências implementadas.

Depois dessa etapa, inicia-se então, um trabalho de monitoramento das pendências dos relatórios, que consiste em solicitar novas respostas/justificativas ou acompanhar a solução dos problemas relatados, podendo, para isso, ser necessária a realização de novas visitas e/ou verificação de processos/documentos.

Assuntos Auditados e Escopos Examinados no exercício de 2012

A programação do PAINT/2012 foi dividida em 38 escopos, que conforme descritos a seguir, foram apresentados através de 3 Relatórios de Auditoria, que devidamente foram encaminhados ao Conselho Diretor do CEFET/RJ, a Controladoria Geral da União ó Regional/RJ e aos Gestores Responsáveis pelas ações auditadas.

Relatório de Auditoria Nº 01/2012, de 01/06/2012:

a) Formalização do Processo de Prestação de Contas Anual - Verificação do Processo de Prestação de Contas Anual do exercício de 2011, avaliando se no Relatório de Gestão as informações gerais sobre a gestão e as informações contábeis estão de acordo com os exigidos na DN/TCU nº 108/2010, e se os

conteúdos das peças complementares do Processo estão em conformidade com a IN TCU nº 63/2010 e DN/TCU nº 117/2011;

b) Atuação da CGU - Verificação de todas as recomendações exaradas pela CGU em dezembro/2011, janeiro, fevereiro e março de 2012, avaliando as medidas adotadas pelos gestores responsáveis para sua regularização;

c) Atuação do TCU - Verificação de todas as recomendações e determinações exaradas pela TCU no período de janeiro a março/2012, avaliando as medidas adotadas pelos gestores responsáveis para sua regularização;

d) Resultados da Missão Institucional - Verificação do cumprimento da missão institucional, avaliando as metas das atividades-fim previstas e realizadas no exercício de 2011;

e) Análise dos Indicadores de Desempenho - Verificação da fidedignidade dos indicadores de desempenho apresentados no Relatório de Gestão do exercício de 2011, avaliando a consistência dos dados dos indicadores: aluno tempo integral/professor equivalente e aluno tempo integral/funcionário equivalente sem HU;

f) Registros Oficiais e Financeiros - Verificação da regularidade da documentação do Inventário Físico-Financeiro do exercício 2011 e das informações constantes no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União ó SPIU, pertinentes aos bens patrimoniais do CEFET/RJ;

g) Existências Físicas - Verificação da regularidade dos bens móveis localizados na unidade-sede Maracanã, avaliando a existência com os registros e documentação comprobatória dos bens utilizados para realização da atividade fim, envolvendo os cursos das áreas profissionais com elevados números de discentes matriculados em 2011;

h) Adições de Meios de Transportes - Verificação da regularidade das adições de veículos na frota da Instituição, avaliando a formalização dos processos pertinentes ao período de janeiro a março de 2012;

i) Baixas de Meios de Transportes - Verificação da regularidade das baixas de veículos na frota da Instituição, avaliando a formalização dos processos pertinentes ao período de janeiro a março de 2012;

j) Conservação de Meios de Transportes - Verificação da regularidade dos veículos mais antigos da frota utilizados nas atividades da Instituição no período de janeiro a março de 2012, avaliando os controles e procedimentos adotados para conservação, guarda e manutenção;

k) Utilização de Meios de Transportes - Verificação da regularidade dos veículos mais antigos da frota, utilizados nas atividades da Instituição no período de janeiro a março de 2012, avaliando os controles e procedimentos adotados para a utilização;

l) Baixas de Bens Móveis e Equipamentos - Verificação da regularidade das baixas de bens móveis do patrimônio da Instituição, avaliando a formalização dos processos pertinentes ao período de janeiro a março de 2012;

m) Conservação de Bens Móveis e Equipamentos - Verificação da regularidade dos bens móveis localizados na unidade-sede Maracanã, avaliando o estado de conservação dos bens que são utilizados para realização da atividade fim, envolvendo os cursos das áreas profissionais com elevados números de discentes matriculados em 2011, e

n) Utilização de Bens Móveis e Equipamentos - Verificação da regularidade dos bens móveis localizados na unidade-sede Maracanã, avaliando os controles e procedimentos para utilização dos bens que são utilizados para realização da atividade fim, envolvendo os cursos das áreas profissionais com elevados números de discentes matriculados em 2011.

Relatório de Auditoria N° 02/2012, de 03/09/2012:

a) Provimentos - Verificação da regularidade dos provimentos ocorridos na Instituição, avaliando os processos formalizados pertinentes ao período de janeiro a abril de 2012;

b) Vacâncias - Verificação da regularidade das vacâncias ocorridas na Instituição, avaliando a formalização dos processos pertinentes ao período de janeiro a abril de 2012;

- c) Licenças e Afastamentos - Verificação da regularidade das licenças e afastamentos ocorridos na Instituição, avaliando a formalização dos processos pertinentes ao período de janeiro a abril de 2012;
- d) Movimentação entre Órgãos/Entidades - Verificação da regularidade das redistribuições e cessões de servidores ocorridos na Instituição, avaliando a formalização dos processos pertinentes ao período de janeiro a abril de 2012;
- e) Vencimentos e Remuneração - Verificação da regularidade das avaliações de desempenho para fins de progressão funcional dos servidores docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do CEFET/RJ, avaliando a formalização dos processos pertinentes ao período de janeiro a abril de 2012;
- f) Controle de Férias - Verificação da regularidade das férias dos servidores do CEFET/RJ, avaliando as concessões ocorridas nos meses de março a abril/2012;
- g) Gratificações - Verificação da regularidade dos pagamentos de gratificações ocorridos no mês de abril de 2012;
- h) Adicionais - Verificação da regularidade das concessões e pagamentos dos adicionais de periculosidade e insalubridade ocorridos no período de janeiro a abril de 2012;
- i) Benefícios Assistenciais e Pecuniários - Verificação da regularidade dos pagamentos de auxílio-transporte, com valores acima de R\$ 500,00, pertinentes ao mês de abril/2012;
- j) Aposentadorias - Verificação da regularidade dos processos de aposentadorias formalizados no período de janeiro a abril de 2012;
- k) Pensão - Verificação da regularidade dos processos de pensão formalizados no período de janeiro a abril de 2012;
- l) Auxílios e Licenças Securitários - Verificação da regularidade dos processos de auxílios e licenças securitários formalizados no período de janeiro a abril de 2012.
- m) Estagiários - Verificação da regularidade da formalização e dos instrumentais de controle, pertinente ao período de janeiro a junho/2012, do Programa de Auxílio Emergencial (PAEm) e Programa de Auxílio ao Estudante com Necessidade Específica (PAENE), que são programas de Bolsas de Permanência destinadas ao atendimento aos estudantes do CEFET/RJ que apresentem situação de vulnerabilidade social e econômica.
- n) Compras sem Processos Licitatórios - Verificação da regularidade dos processos de despesas executadas nas modalidades de dispensa e inexigibilidade de licitação, com maiores volumes de recursos, pertinentes ao período de janeiro a junho de 2012.
- o) Atuação do TCU - Verificação de todas as recomendações e determinações exaradas pela TCU no período de abril a junho/2012, avaliando as medidas adotadas pelos gestores responsáveis para sua regularização.
- p) Atuação da CGU - Verificação de todas as recomendações exaradas pela CGU no período de abril a junho/2012, avaliando as medidas adotadas pelos gestores responsáveis para sua regularização.

Relatório de Auditoria Nº 03/2012, de 03/12/2012:

- a) Formalização Legal - Verificação da regularidade na formalização dos contratos celebrados em 2012, com maiores volumes de recursos, pertinente ao período de janeiro a junho de 2012;
- b) Formalização Legal - Verificação da regularidade na formalização dos processos licitatórios, com maiores volumes de recursos, pertinentes ao período de janeiro a junho de 2012;
- c) Indenizações - Verificação da formalização das concessões e prestações de contas de diárias e passagens, de servidores do CEFET/RJ, ocorridas no período de janeiro a agosto de 2012, das viagens nacionais encerradas, com valores totais acima de R\$ 1.800,00;
- d) Cartão Corporativo - Verificação da formalização das concessões e prestações de contas de uso de cartão corporativo ocorridas no período de janeiro a agosto de 2012;
- e) Execução das Despesas Correntes e de Capital - Verificação da execução das despesas correntes e de capital ocorridas no mês de agosto/2012, de valores acima de R\$ 10.000,00, verificando se os pagamentos de despesas realizadas estão de acordo com o fixado na Lei Orçamentária Anual ó LOA, analisando-os por elemento de despesa;

- f) Execução de Contratos de Receitas - Verificação da formalização e execução dos processos de receitas provenientes de contratos vigentes de concessão e/ou autorização de uso, com valores anuais acima de R\$ 50.000,00;
- g) Atuação do TCU - Verificação de todas as recomendações e determinações exaradas pela TCU no período de julho a setembro/2012, avaliando as medidas adotadas pelos gestores responsáveis para sua regularização, e
- h) Atuação da CGU - Verificação de todas as recomendações exaradas pela CGU no período de julho a setembro/2012, avaliando as medidas adotadas pelos gestores responsáveis para sua regularização.

Resultados e Providências Adotadas a partir das Constatações feitas pelas Auditorias

Nos trabalhos realizados pela Unidade de Auditoria Interna, foram emitidas 8 recomendações aos gestores responsáveis com vistas ao atendimento das mesmas.

Com o objetivo de apresentar o resultado dos trabalhos de auditoria em relação às respostas apresentadas pelos gestores das áreas auditadas, descrevemos a seguir o tratamento que foi dado às recomendações.

Plano de Providências N 1/2012 (Referência: Relatório de Auditoria N° 01/2012 de 01/06/2012)

Recomendação	Avaliação sobre Atendimento
- Implementar revisão nos cálculos da série temporal pertinente ao conjunto dos indicadores de desempenho fixados pela Decisão nº 408/2002 ó TCU ó Plenário, apresentada no Relatório de Gestão de 2011, no sentido de garantir a integridade e confiabilidade dos dados que serão apresentados nos próximos Relatórios de Gestão do CEFET/RJ. Prazo limite de implementação da recomendação: A partir do Relatório de Gestão do exercício de 2012.	Respondido (houve concordância do gestor) ó Aguardando Atendimento - Será verificado em um próximo trabalho de auditoria.
- Implementar inventário físico de transferência de responsabilidade. Prazo limite de implementação da recomendação: 30/09/2012.	Respondido (houve concordância do gestor) ó Foi apresentado pelo gestor justificativas para prorrogação do prazo para implementação da recomendação para mais 6 meses. Através do Memorando nº 23/2012/UAUDI, de 15/10/2012, entendendo ser procedente a manifestação apresentada, foi então alterado o prazo para 01/04/2013. Aguardando Atendimento - Será verificado em um próximo trabalho de auditoria.
- Aprimorar o controle patrimonial, visando a eficiência no acompanhamento da responsabilidade pela guarda de bens pertencentes ao acervo do CEFET/RJ, de modo a regularizar a situação do Inventário e dos registros no Sistema de Administração de Patrimônio. Prazo limite de implementação da recomendação: 30/09/2012.	Respondido (houve concordância do gestor) ó Foi apresentado pelo gestor justificativas para prorrogação do prazo para implementação da recomendação para mais 6 meses. Através do Memorando nº 23/2012/UAUDI, de 15/10/2012, por entender procedente a manifestação apresentada, foi então alterado o prazo para 01/04/2013. Aguardando Atendimento - Será verificado em um próximo trabalho de auditoria.

Plano de Providências N 1/2012 (Referência: Relatório de Auditoria N° 01/2012 de 01/06/2012)	
Recomendação	Avaliação sobre Atendimento
<p>- Aprimorar o controle patrimonial, visando a eficiência no acompanhamento da conservação dos bens patrimoniais do CEFET/RJ, de modo a regularizar a situação dos bens e dos registros no Sistema de Administração de Patrimônio. Prazo limite de implementação da recomendação: 30/09/2012.</p>	<p>Respondido (houve concordância do gestor) ó Foi apresentado pelo gestor justificativas para prorrogação do prazo para implementação da recomendação para mais 6 meses. Através do Memorando n° 23/2012/UAUDI, de 15/10/2012, por entender procedente a manifestação apresentada, foi então alterado o prazo para 01/04/2013. Aguardando Atendimento - Será verificado em um próximo trabalho de auditoria.</p>
<p>- Aprimorar o controle patrimonial, visando a eficiência no acompanhamento da utilização dos bens patrimoniais do CEFET/RJ, de modo a regularizar a situação dos bens e dos registros no Sistema de Administração de Patrimônio. Prazo limite de implementação da recomendação: 30/09/2012.</p>	<p>Respondido (houve concordância do gestor) ó Foi apresentado pelo gestor justificativas para prorrogação do prazo para implementação da recomendação para mais 6 meses. Através do Memorando n° 23/2012/UAUDI, de 15/10/2012, por entender procedente a manifestação apresentada, foi então alterado o prazo para 01/04/2013. Aguardando Atendimento - Será verificado em um próximo trabalho de auditoria.</p>

Plano de Providências N 2/2012 (Referência: Relatório de Auditoria N° 02/2012 de 03/09/2012)

Recomendação	Avaliação sobre Atendimento
<p>- Adotar as medidas necessárias à implementação de mecanismos de controle que permitam confrontar as modificações funcionais realizadas no SIAPE e os registros constantes nos requerimentos para concessão de auxílio-transporte. Prazo limite de implementação da recomendação: 30/11/2012</p>	<p>Não respondido ó Gestor foi reiterado a se manifestar através do Memorando n° 29/2012/UAUDI, de 03/12/2012, estando a Unidade de Auditoria Interna no aguardo do posicionamento do responsável pela ação. Aguardando Atendimento - Será verificado em um próximo trabalho de auditoria.</p>
<p>- Que a Unidade atente para a necessidade de anexar aos processos documentos que são imprescindíveis para a comprovação da legalidade da concessão das aposentadorias, providenciando assim a regularização dos processos n°s 23063.003595/2011-87, 23063.000011/2012, 23063.000080/2012-14, 23063.000214/2012-99, 23063.000223/2012-80, 23063.000431/2012-89, 23063.000544/2012-84, 23063.000725/2012-19, 23063.000947/2012-23. Prazo limite de implementação da recomendação: 31/08/2012, conforme Nota de Auditoria n° 01/2012, de 03/08/2012.</p>	<p>Não respondido ó Gestor foi reiterado a se manifestar através do Memorando n° 29/2012/UAUDI, de 03/12/2012, estando a Unidade de Auditoria Interna no aguardo do posicionamento do responsável pela ação. Aguardando Atendimento - Será verificado em um próximo trabalho de auditoria.</p>

Recomendação	Avaliação sobre Atendimento
- Providencie o cadastramento dos atos de aposentadorias no Sistema SISAC referente aos servidores matrículas SIAPE n°s 0269222, 6439288, 0139581, 0390524 e 0391072, na forma definida na IN TCU n° 55/2007. Prazo limite de implementação da recomendação: 31/08/2012, conforme Nota de Auditoria n° 01/2012, de 03/08/2012.	Não respondido ó Gestor foi reiterado a se manifestar através do Memorando n° 29/2012/UAUDI, de 03/12/2012, estando a Unidade de Auditoria Interna no aguardo do posicionamento do responsável pela ação. Atendido - Foi feito recentemente nova pesquisa no SISAC, e foi verificado o atendimento a essa recomendação, sendo providenciado o devido cadastramento dos atos de aposentadorias no sistema.

10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei n° 8.730/93

10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.10.5 6 DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei n° 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1° da Lei n° 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	211		
	Entregaram a DBR	211		
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: DRH

Análise Crítica: O Departamento de Recursos Humanos é a unidade interna responsável pela gerência da recepção das DBR. Anualmente, é gerada uma lista contendo todos os servidores que apresentam alguma pendência em relação à DBR e a Diretoria Sistêmica correspondente é notificada para providências. Ao servidor é apresentada a possibilidade de entregar a DBR em envelope lacrado, ou assinar a autorização de acesso eletrônico. Cabe informar que o DRH sugere a todos os servidores que a autorização eletrônica é vantajosa. O Centro não dispõe de sistema informatizado para o gerenciamento, que é todo feito de forma manual, e não efetua análise para evidenciar incompatibilidades patrimoniais com a remuneração percebida.

10.4 Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

10.4.1 Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

QUADRO A.10.6 6 MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Willer Firmiano, SIAPE n° 1550240, chefe de departamento, exercido no Departamento de Administração, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais ó SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse ó SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei n° 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2013.

Willer Firmiano

SIAPE 1550240

Chefe do Departamento de Administração

11 PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

O Centro ainda não aplica integralmente os dispositivos elencados nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10. No momento, não existe servidor com a qualificação necessária no setor de patrimônio para a implementação integral dos dispositivos apresentados nas duas normas brasileiras. Por causa do motivo apresentado, principalmente os dispositivos relacionados à depreciação não são aplicados em todos os ativos do Centro.

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1 Declaração Plena

QUADRO A.11.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			153010
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Rio de Janeiro	Data	01 de março de 2013
Contador Responsável	Maria Luisa de Luca Mattos	CRC n.º	078814/0-3

11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

Não se aplica a UJ.

11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976

Não se aplica a UJ.

12 PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.**12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ****12.2 Funcionamento dos Cursos Médio, Técnico e Graduação - DIREN****Número de alunos matriculados nos cursos de graduação - DIREN**

Nas tabelas abaixo são apresentados o número de alunos matriculados em todos os cursos de graduação de todos os *campi* do sistema CEFET/RJ.

Tabela 1: Alunos matriculados na graduação - Bacharelado - Unidade Sede (Maracanã)

Bacharelado	2012	2012
	1º sem	2º sem
Engenharia Mecânica	515	491
Engenharia Eletrônica	163	152
Engenharia Eletrotécnica	194	188
Engenharia Telecomunicações	168	166
Engenharia de Produção	405	397
Engenharia Civil	298	312
Engenharia de Controle e Automação	173	166
Administração Industrial	420	392
Bacharelado em Ciência da Computação	0	25
Total	2336	2289

Tabela 2: Alunos matriculados na graduação - Tecnologia - Unidade Sede (Maracanã)

Tecnologia	2012	2012
	1º sem	2º sem
Controle Ambiental	196	182
Desenvolvimento para Aplicação em Web	189	166
Total	385	348

Tabela 3: Alunos matriculados na graduação - Bacharelado - Unidade Nova Iguaçu

Bacharelado	2012	2012
	1º sem	2º sem
Engenharia de Controle e Automação	265	284
Engenharia de Produção	262	291
Total	527	575

Tabela 4: Alunos matriculados na graduação - Tecnologia - Unidade Nova Friburgo

Tecnologia	2012	2012
	1º sem	2º sem
Gestão em Turismo	105	103
Total	105	103

Tabela 5: Alunos matriculados na graduação - Licenciatura - Unidade Nova Friburgo

Licenciatura	2012	2012
	1º sem	2º sem
Física	82	72
Total	82	82

Tabela 6: Alunos matriculados na graduação - Tecnologia - Unidade Petrópolis

Tecnologia	2012	2012
	1º sem	2º sem
Gestão em Turismo	187	171
Total	187	171

Tabela 7: Alunos matriculados na graduação - Licenciatura - Unidade Petrópolis

Licenciatura	2012	2012
	1º sem	2º sem
Física	98	90
Total	98	90

Tabela 8: Alunos matriculados na graduação - Bacharelado - Unidade Itaguaí

Bacharelado	2012	2012
	1º sem	2º sem
Engenharia Mecânica	138	157
Total	138	157

Tabela 9: Sumário dos alunos matriculados na graduação de todos os *campi*

Alunos de graduação por tipo de curso	2012	2012
	1º sem	2º sem
Bacharelado	3016	2981
Tecnologia	677	622
Licenciatura	180	162
Total	3873	3765

Número de alunos matriculados no curso do ensino médio

O CEFET/RJ só apresenta cursos do ensino médio na Sede (Maracanã) e na Unidade de Nova Iguaçu (Tabela 10). A evolução do total de alunos matriculados é apresentado abaixo.

Tabela 10: Alunos matriculados no ensino médio por campus

Campus	2010	2011
Sede ó Maracanã	1103	1137
Unidade Nova Iguaçu	430	424
Total	1533	1561

Número de alunos matriculados nos cursos de ensino técnico subsequente

Os números apresentados para os alunos matriculados nos cursos de ensino técnico subsequente são formados pela média aritmética relativa aos dois semestres de cada ano, conforme Decisão n° 408/2002-TCU. Deve ser observado que o CEFET/RJ oferece quatro modalidades de cursos técnicos: subsequente, a distância (e-Tec Brasil), concomitante e formação de jovens e adultos (PROEJA ó Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos). Nas tabelas seguintes são apresentados os quantitativos de matrículas por *campus* em todas as modalidade, especializações e sua evolução temporal.

Tabela 11: Alunos matriculados no ensino técnico subsequente - Unidade Sede (Maracanã)

Ensino técnico subsequente	2012	2012
	1º sem	2º sem
Edificações	97	97
Eletrotécnica	96	95
Estradas	0	0
Mecânica	83	90
Segurança do Trabalho	89	103
Telecomunicações	88	83
Total	453	468

Tabela 12: Alunos matriculados no ensino técnico subsequente - Unidade Itaguaí

Curso técnico	2012	2012
	1º sem	2º sem
Portos	140	139
Total	140	139

Número de alunos matriculados no ensino técnico à distância

Lançado em 2007, o programa de ensino técnico a distância proporciona educação profissional técnica com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso aos cursos técnicos.

Tabela 13: Alunos matriculados no ensino técnico à distância - Unidade Sede (Maracanã)

Curso técnico	2012	2012
	1º sem	2º sem
Segurança do Trabalho e-Tec	156	124
Total	156	124

Número de alunos matriculados nos ensino técnicos concomitante interno e externo

Os números apresentados são relativos aos alunos matriculados nas modalidades concomitantes interno e externo de ensino técnico.

Tabela 14: Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - Unidade Sede (Maracanã)

Ensino técnico concomitante	2012	2012
	1º sem	2º sem
Eletrônica	341	356
Eletrotécnica	289	317
Mecânica	465	445
Meteorologia	112	107
Edificações	418	430
Estradas	101	91
Telecomunicações	132	150
Segurança do Trabalho	179	189
Informática	241	276
Administração	175	187
Turismo e entretenimento	147	124
Total	2600	2672

Tabela 15: Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - Unidade Nova Iguaçu

Ensino técnico concomitante	2012
Eletromecânica	199
Enfermagem	223
Informática	175
Telecomunicações	164
Total	761

Tabela 16: Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - Unidade Maria da Graça

Ensino técnico concomitante	2012	2012
	1º sem	2º sem
Manutenção Automotiva	211	231
Segurança do Trabalho	327	343
Automação Industrial	193	211
Total	731	785

Tabela 17: Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - Unidade Petrópolis

Ensino técnico concomitante	2012	2012
	1º sem	2º sem
Telecomunicações (TV Digital)	128	120
Total	128	120

Tabela 18: Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - Unidade Nova Friburgo

Ensino técnico concomitante	2012	2012
	1º sem	2º sem
Informática Industrial	64	41
Informática	71	74
Total	135	115

Tabela 19: Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - Unidade Itaguaí

Ensino técnico concomitante	2012	2012
	1º sem	2º sem
Mecânica	151	175
Total	151	175

Tabela 20: Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - Unidade Angra dos Reis

Ensino técnico concomitante	2012	2012
	1º sem	2º sem
Mecânica	128	157
Total	128	157

Tabela 21: Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - Unidade Valença

Ensino técnico concomitante	2012	2012
	1º sem	2º sem
Agroindústria	102	126
Total	102	126

Número de alunos matriculados no ensino técnico ó PROEJA**Tabela 22: Alunos matriculados no ensino técnico PROEJA - Unidade Maria da Graça**

Ensino técnico PROEJA	2012
Manutenção Automotiva (Proeja)	51
Total	51

Número de vagas oferecidas a alunos conveniados

O CEFET/RJ estabelece diversos convênios que possibilitam o acesso dos alunos matriculados em unidades Estaduais e Municipais possam compor seus estudos na modalidade curso técnico no CEFET/RJ. A **Tabela 23** elenca os convênios firmados e o quantitativo de vagas oferecidas.

Tabela 23: Vagas oferecidas a alunos conveniados com outros colégios

Convênios	2012	2012
	1º sem	2º sem
Colégio Horácio de Macedo	152	0
Colégio Newton Braga	19	15
Colégio Pedro II	0	177
Colégio Ernesto Faria	10	56
SEEDUC ó Secretaria de Estado de Educação RJ	92	30
Total	273	278

12.3 Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação e da Pesquisa Universitária - DIPPG

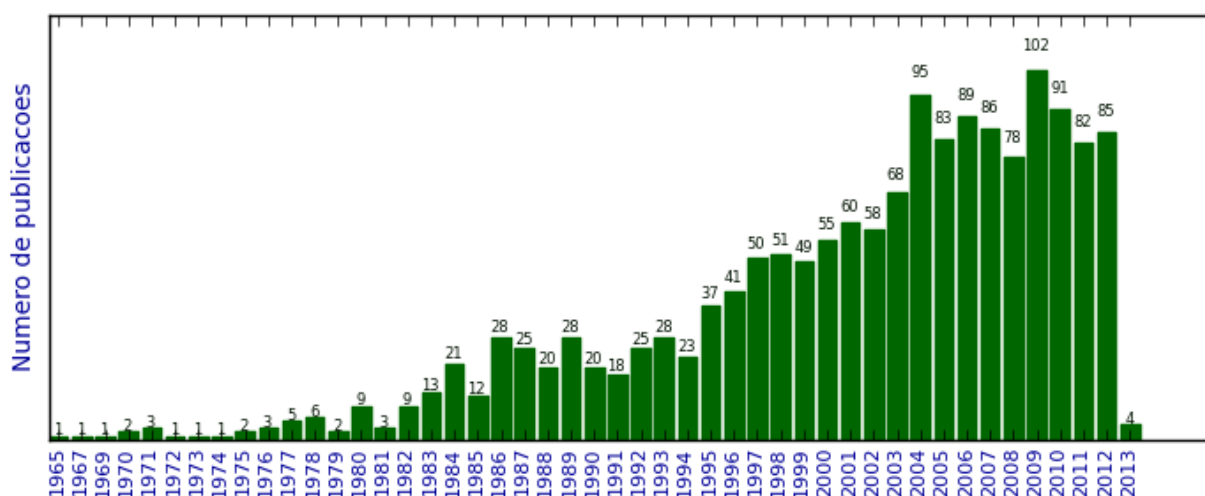
No que se refere à ação de Pós-Graduação a meta foi alcançada em vista dos 235 alunos matriculados, em relação meta fixada de 200. Em igual condição a ação de difusão da pesquisa atingiu a meta física de 173 pesquisas publicadas em relação às 130 previstas.

12.4 Pós-Graduação - DIPPG

Neste item são apresentados os principais resultados das atividades de pós-graduação em 2012. A Pós-Graduação conta atualmente com 6 programas de pós-graduação *stricto sensu* e 6 cursos de pós-graduação *lato sensu*. Indicadores relativos aos últimos anos mostram que a pós-graduação na Instituição está em franco crescimento, observando-se o envolvimento de um número cada vez maior de docentes.

O número de discentes da pós-graduação *stricto sensu* teve um crescimento de 224 para 235 e a pós-graduação *lato sensu* conta com 266 alunos na modalidade de ensino à distância (UAB) e 192 na modalidade presencial.

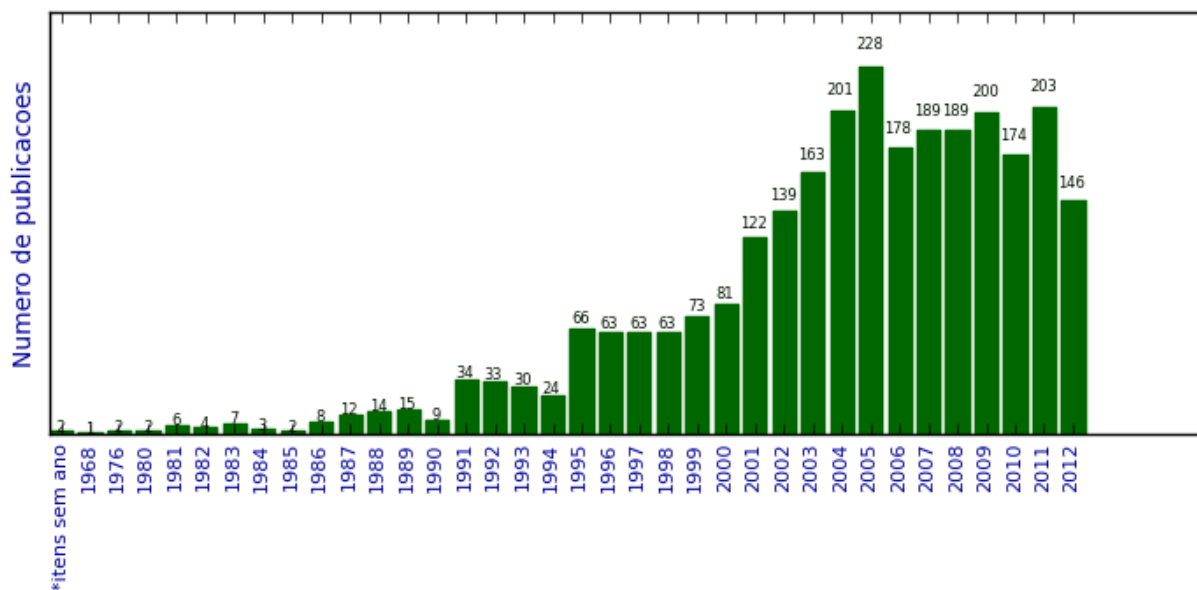
Artigos completos publicados em periódicos



Número total de itens: 1575

Figura 5: Número de artigos publicados em periódicos

Trabalhos completos publicados em anais de congressos



Número total de itens: 2749

Figura 6: Número de artigos publicados em congressos

Em 2010, a CAPES atribuiu nota 4 ao PPECM, referente à avaliação trienal 2007-2009. Trata-se do primeiro programa de pós-graduação do CEFET/RJ a atingir este conceito, que dentro de uma escala de 1 a 5 equivale a BOM. Cabe ressaltar que dos 5 programas em funcionamento 3 são muito recentes e não foram avaliados pela CAPES, ficando com o conceito 3 usual para cursos novos. Os 6 programas em funcionamento em 2012 contam com um total de 57 bolsas (48 da CAPES, 2 do CNPq e 7 do orçamento do CEFET/RJ).

Nas Figura 5 e Figura 6 pode ser observado o funcionamento dos programas através das publicações em periódicos e artigos em congressos científicos.

12.5 Difusão da Pesquisa Universitária - DIPPG

Aqui são apresentados os principais resultados associados às atividades da pesquisa em 2012. A Pesquisa tem as suas atividades estruturadas através dos Grupos de Pesquisa do CEFET/RJ cadastrados no Diretório de Grupos do CNPq. A ampliação do número de grupos de pesquisa de 15 para 25, durante o período de 2007 a 2012, foi sustentada pelo aumento de pesquisadores com produção científica qualificada envolvida diretamente com atividades de pesquisa. Atualmente o CEFET/RJ possui sete Bolsistas de Produtividade do CNPq (1 nível 1D e 6 nível 2).

Os Programas Institucionais de Bolsas Iniciação Científicas (PIBIC) nas modalidades para a graduação e para o nível médio/técnico são programas vitais para a institucionalização da pesquisa na Instituição, pois permitem integrar alunos de graduação e do médio/técnico às atividades de pesquisa desenvolvidas pelos pesquisadores do CEFET/RJ. Assim, em 2012, o PIBIC conta com um total de 142 bolsas: 52 do CNPq e 90 do CEFET/RJ. Existe a participação de docentes orientadores lotados em diferentes departamentos acadêmicos, o que fortalece a integração entre os 2 níveis de ensino já

observada nos grupos de pesquisa e nos programas e cursos de pós-graduação. Os alunos do PIBIC são potenciais candidatos para desenvolverem dissertações nos cursos de mestrado da Instituição, fato que se têm observado nos últimos anos. O PIBIC também tem contribuído para melhorar a qualidade dos cursos de graduação, conforme pode ser confirmado pelas últimas avaliações do ENADE.

O PIBIC-EM ainda é um programa novo que apresenta um grande potencial de crescimento, tendo um importante papel de aumentar a integração das atividades de pesquisa com o médio/técnico. No exercício foram oferecidas 63 bolsas nessa modalidade.

Através dos investimentos com recursos da Instituição e de recursos captados por pesquisadores do CEFET/RJ junto aos órgãos de fomento (CNPq, FINEP, FAPERJ, etc) foi possível ampliar significativamente a infraestrutura de pesquisa.

12.6 Atividades de Pesquisa e Pós-graduação - DIPPG

Nas seções subsequentes serão apresentadas as métricas das atividades de pesquisa e pós-graduação.

12.6.1 Cursos de especialização - DIPPG

Na Tabela 24 é apresentado o número de alunos matriculados e o de certificados emitidos pelos cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* fornecidos pelo CEFET/RJ.

Tabela 24: Número de alunos matriculados e certificados nos cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* - DIPPG

Curso	Matriculados	Certificados
UAB Educ. Tec. À Distância Pólo Angra dos Reis	12	07
UAB Educ. Tec. À Distância Pólo Campo Grande	88	12
UAB Educ. Tec. À Distância Pólo Macaé	50	07
UAB Educ. Tec. À Distância Pólo Volta Redonda	18	11
UAB Educ. Tec. À Distância Pólo Rio Bonito	44	00
UAB Educ. Tec. À Distância Pólo Nova Friburgo	54	00
Relações Etnicorraciais e Educação	56	10
Cultura na América Latina	00	01
Gestão Patrimonial e Ambiental em Turismo	00	10
Educação e Contemporaneidade	25	00
Letramento(s) e Práticas Educacionais	46	02
Ensino de Línguas Estrangeiras	46	01
Trabalho, Tecnologia e Educação	19	00
Total	468	63

12.6.2 Cursos de mestrado - DIPPG

A meta orçamentária prevista para 2012 foi de 200 alunos matriculados nos cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu*. Na Tabela 25 são mostrados os números de alunos matriculados e pode ser observado que a meta foi satisfeita com um acréscimo significativo de alunos.

Tabela 25: Número de alunos matriculados e certificados nos cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu* - DIPPG

Curso	Matriculados	Certificados
Mestrado em Tecnologia	39	16
Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática	41	8
Mestrado em Engenharia Mecânica e Tecnologia dos Materiais	44	7
Mestrado em Engenharia Elétrica	38	3

Mestrado em Ciências, Tecnologia e Educação	31	8
Mestrado em Relações Étnicorraciais	42	0
Total	235	42

Pode também ser observado (Tabela 26) que os cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu* vêm aumentando sistematicamente o número de alunos matriculados.

Tabela 26: Série histórica dos alunos matriculados nos cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu* - DIPPG

Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i>	2010	2011	2012
Alunos matriculados	209	224	235
Total	209	224	235

A previsão para 2012 foi de 130 publicações em jornais indexados e dissertações. No final do exercício essa métrica alcançou o patamar de 195 documentos, como pode ser observado na Tabela 27.

Tabela 27: Trabalhos produzidos pela Pós-graduação *Stricto Sensu* - DIPPG

Tipo de trabalho produzido pela Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i>	Quantidade
Dissertação de mestrado	42
Publicação Científica em jornal indexado (válido para a avaliação da CAPES)	128
Total	185

12.6.3 Concessão de bolsas - DIPPG

No exercício de 2012, o CEFET/RJ concedeu 177 bolsas relacionadas à pesquisa e a divisão entre os programas específicos é apresentada na Tabela 28.

Tabela 28: Número de alunos bolsistas por modalidade de programa de concessão de bolsas - DIPPG

Modalidade de concessão	Matriculados	Certificados
Mestrado Convênio CAPES	33	12
Mestrado Bolsa CEFET	0	0
Mestrado Bolsa CNPq	02	01
Mestrado Bolsa FAPERJ	0	0
PIDCT	0	0
PIBIC - Iniciação Científica Graduação (CEFET)	50	50
PIBIC - Iniciação Científica Graduação (CNPq)	32	32
PIBIC-EM - Iniciação Científica Médio/Técnico (CEFET)	40	40
PIBIC-EM - Iniciação Científica Médio/Técnico (CNPq)	20	20
Total	177	155

12.6.4 Eventos, seminários e simpósios organizados - DIPPG

Os seguintes eventos foram organizados pela Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação do CEFET/RJ:

- Seminário de Pesquisa e Pós-Graduação 2012 (o evento engloba o 12º Seminário de Iniciação Científica, o 6º Seminário de Iniciação Tecnológica, além do Seminário da Pós-Graduação); Organização: DIPPG/DEPEQ/COLAT/PPGSS; Período: 17/10 a 20/10/2011; Local: campus do Maracanã;

- Conferência Luso-Brasileira de Adesão e Adesivos. Organização: Associação Brasileira de Adesão e Adesivos, Associação Portuguesa de Adesão e Adesivos e DIPPG/PPEMM. Essa conferência será realizada alternadamente no Brasil e em Portugal e tem como objetivo reunir os trabalhos das diversas áreas que envolvem o estudo do fenômeno da adesão e dos materiais adesivos; Período: 8 a 9 de novembro de 2012; Local: Windsor Excelsior Hotel, Copacabana;
- Seminário História, Filosofia e Ensino: contextualizando a ciência em sala de aula; Organização: Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação (PPCTE); Período: 08 a 10 de outubro de 2012; Local: campus Maracanã; Período: 13 de junho; Local: campus do Maracanã;
- Seminário História e Filosofia da Ciência: perspectivas; Palestrante: Michael Matthews; Organização: Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPECM) e Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação (PPCTE); Período: 08 a 10 de outubro de 2012; Local: campus Maracanã;
- II Simpósio sobre Ensino de Línguas Estrangeiras; Organização: COLAT/Colegiado do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Ensino de Línguas Estrangeiras; Período: 06 e 07 de dezembro de 2012; Local: campus do Maracanã;

12.7 Funcionamento da Extensão - DIREX

I- Estágio e Emprego

Serviços	2010	2011	2012
Ofertas para Estágio	2.782	3.549	1.075
Termos de Compromisso	1.750	1.933	1.559
Termos Aditivos	656	734	741
Carta de Rescisão	n.a	n.a	323
Empresas em Convênio	3.560	3.812	3.874
Declaração Expedida Lei 11.788	412	502	514
Ofertas de Emprego	581	783	685
Palestra de orientação no mercado	35	25	12

Fonte: COEMP/ DIEMP/DIREX

II- Ações Extensionistas e Público Participante

Ações	Público (2012)
Cursos	407
Oficinas	132
Eventos de Extensão	3.032
Produção e Publicação	1
Programa Bolsas de Extensão	70
Projetos de Extensão	35

Programa de Educação Profissional	-
Programa de Educação Tecnológica	-
Programa de Assistência Estudantil	Programa Auxílio Alimentação - PAA: 83 alunos/mês Programa Auxílio Emergencial ó PAEM: 07 alunos/mês Frequência de estudantes cadastrados na Coordenadoria de Assistência Estudantil ó CAE (refeitório, biblioteca e outras atividades) durante o ano: 1302 estudantes. Público do Quiosque no ano: 3736 estudantes.

Fonte: NAE/IETEC/DEAC/DIREX

III- Ações de Empreendedorismo Inovador ó Incubadora

Incubadora de Empresa Tecnológica - IETEC	2010	2011	2012
Empresas Incubadas	04	02	04
Projetos Pré-Incubados	06	06	04
Atendimento ao público	380	170	456
Lançamento de Edital	1	1	1
Empresas Graduadas (acumulado até 2012)	15	15	15
Projetos descontinuados (acumulado até 2012)	15	17	20
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCP	Desativada	Desativada	Desativada

Fonte: IETEC/DIREX

IV- Gestão de Convênios Ativos IETEC

Entes Participantes	Programas/Projetos	Ação
Edital SEBRAE COD. 01/2011 ó 02 - Projeto IETEC-CEFET/RJ ó Aprovado ó em parceria com a Fundação Rotária de Educação para o Trabalho ó FRET ó com destinação de R\$120.000,00.	Implantação da metodologia CERNE ó Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos, em núcleo composto com a incubadora da COPPE/UFRJ como nucleadora e as incubadoras IETEC, INT e LNCC como nucleadas.	Adequar a operação da IETEC-CEFET/RJ aos requisitos do CERNE, para aquisição da qualificação CERNE 1 - foco nos empreendimentos, através das boas práticas a serem implantadas, em comum acordo com a Incubadora da COPPE/UFRJ, incubadora Nucleadora, visando um desenvolvimento com qualidade, produtividade e sustentabilidade. Situação atual: aguardando assinatura do Convênio SEBRAE/RJ com a Fundação FRET.
Edital MCTI/FINEPó PNI ó Incubadoras	Incrementar a	

<p>ó 12/2010 ó Conv. Referência 1848/2010 ó Projeto REDERJ - Aprovado ó em parceria com a Rede de Tecnologia e Inovação do Rio de Janeiro ó REDETEC, envolvendo 13 incubadoras do Rio de Janeiro, com destinação de R\$107.555,40 para a IETEC-CEFET.</p>	<p>competitividade das empresas incubadas e das que serão incubadas no futuro.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Implantar metodologias de prospecção que melhorem o fluxo de empresas candidatas com propostas de negócios de alto valor agregado = prospecção de projetos promissores; - Criar e/ou fortalecer capacitações nas empresas visando torná-las mais competitivas; - Implantação da metodologia CERNE. <p>Situação atual: aguardando repasse de recursos da FINEP para a REDETEC.</p>
<p>Convênio com o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro ó COPPE/UFRJ e CEFET/RJ.</p>	<p>Programa de cooperação e intercâmbio tecnológico para transferência do programa denominado IDEA, desenvolvido pela COPPE/UFRJ.</p>	<p>O programa IDEA ó Inovação Desenvolvimento Empreendimentos Aplicações ó consiste em um conjunto de metodologias desenvolvidas na COPPE/UFRJ, que serão repassadas ao CEFET, destinadas ao fomento à cultura empreendedora, à realização de prospecção de tecnologias promissoras nos laboratório e grupos de pesquisa e ainda verificação de condições de ampliação das relações com grandes empresas, através do mapeamento das demandas tecnológicas, que podem ser supridas por <i>spinoffs</i> oriundas do projeto, de modo que essas ações possam contribuir para as atividades acadêmicas e científicas do CEFET. Para execução as ações são planejadas pela IETEC/DIREX e pelo NIT/DIPPG.</p> <p>- Situação atual: em andamento ó definindo agenda para Seminário de Sensibilização com pesquisadores, docentes e técnicos.</p>
<p>Termo de Outorga - Edital FAPERJ 18/2010 ó Projeto aprovado ó Processo N° E-26/190.011/2011, com destinação de R\$250.000,00 - para aplicação na IETEC e na CEFET-JR. ó Coord. Prof. Dr. Rafael Paim Cunha Santos</p>	<p>Fortalecimento da infraestrutura tecnológica e da rede de parcerias da IETEC-CEFET/RJ para melhorias do desenvolvimento de empreendimentos inovadores</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Adquirir e implantar nova infraestrutura tecnológica para a IETEC e CEFET Júnior; - Implantar pré-incubação em pelo menos duas unidades do sistema CEFET/RJ: Nova Friburgo e Petrópolis; - Integrar as ações da CEFET Júnior ao sistema de assessoramento e acompanhamento <i>online</i> dos projetos da IETEC. <p>- Situação atual: em andamento.</p>
<p>Entes Participantes</p>	<p>Programas/Projetos</p>	<p>Ação</p>
<p>Termo de Outorga - Edital FAPERJ 027/2008 ó Projeto aprovado ó Processo N° E-26/190.079/2008 - ADT1, com destinação de R\$150.000,00 para aplicação na IETEC ó Coord. Profa. Dra. Magda Lauri Gomes Leite.</p>	<p>Ações Estruturantes para Aprimoramento do Processo de Incubação na IETEC-CEFET/RJ</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliar a capacidade de a IETEC gerar sistematicamente, empreendimentos inovadores bem sucedidos, através do fortalecimento do seu sistema de gestão, estruturação do ambiente de pré-incubação e pelo fortalecimento do seu Núcleo de Inteligência Competitiva. - Reformar os espaços físicos e a infraestrutura de informática da incubadora e implantação da pré-incubação. <p>- Situação atual: encerrado em novembro 2011, com prestação de contas aprovada pela FAPERJ em maio 2012.</p>

Fonte: IETEC/DIREX

V- Gestão de Convênios de Extensão Ativos

Entes Participantes	Programas/Projetos	Ação
Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural - PROMINP / IFF / CEFET/RJ	Programa Nacional de Qualificação Profissional	Promover a formação em nível de Qualificação Profissional
SEDEIS/UERJ/CEFET/RJ	Rede SUCe- Projeto de Capacitação em Comunidades Pacificadas	Promover a inserção social e cidadã das pessoas através de intervenções nas Comunidades de baixa renda e na capacitação das pessoas ó Comunidade alcançada: Mangueira
Fundação Rotária de Educação para o Trabalho- FRET/CEFET/RJ	Acordo de Cooperação Técnica, Científica, Tecnológica, Pedagógica e Operacional	Desenvolver ações extensionistas traduzidas através de: programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços e outros produtos acadêmicos.
CEFET/RJ / Escolas Estaduais e Municipais	Projeto Bemvindo ao CEFET/RJ	Divulgar, Promover e Visitar as instalações do CEFET/RJ com alunos das redes estaduais e municipais com vistas a informar sobre os cursos oferecidos de capacitação profissional de nível médio.
CEFET/RJ / Escolas Estaduais e Municipais	Projeto Pré-vestibular para Negros e Carentes ó Núcleo Tijuca	Contribuir para a garantia do acesso ao ensino superior da população em desvantagem social, visando também colaborar no exercício do papel do cidadão, diante da sociedade.
PUC / CEFET-RJ	Programa ENACTUS	Prestar assistência jurídica, através do escritório modelo de advocacia (EMA) da PUC-Rio, necessária aos projetos de cunho sociais empreendidos pelos alunos do CEFET/RJ através do programa ENACTUS com o apoio do CEFET/RJ.

Fonte: DIREX

V- Eventos Realizados no Sistema CEFET/RJ em 2012

DATA	TIPO DE EVENTO	LOCAL (Unidade)
09/01 A 20/02	MINI-CURSO VALUATION ó MINISTRADO PELO MSC MARCELO DESTERRO ó CEFET JR.	MARACANÃ
01/02/12	APRESENTAÇÃO COPARCIAS ó DELEGAÇÃO INGLESA ó TURMA CIDADÃ	MARACANÃ

13/02/2012	APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS TRAINEE 6 CEFET JR.	MARACANÃ
14/02/2012	PALESTRA OSX - DIEMP	MARACANÃ
14/02/2012	REUNIÃO DA REINC 6 REDE DE INCUBADORAS DO RIO DE JANEIRO 6 IETEC	MARACANÃ
15/02/2012	PALESTRA SCHLUMBERGER - DIEMP	MARACANÃ
27/02/2012	INÍCIO DO PROCESSO SELETIVO 6 CEFET JR.	MARACANÃ E NOVA IGUAÇU
Março 6 Junho	ATIVIDADE 6 TURMA CIDADÃ NO RIO + 20 6 TURMA CIDADÃ	MARACANÃ
Março 6 Junho	CURSO DE CAPACITAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS E BOLSISTAS 6 TURMA CIDADÃ	MARACANÃ
Março - Dezembro	CURSO PRÉ-VESTIBULAR COMUNITÁRIO PVNC 6 TIJUCA - DEAC	MARACANÃ
01/03/2012	CURSO: ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE SEGURANÇA NO AMBIENTE DA CONSTRUÇÃO CIVIL - DEAC	MARIA DA GRAÇA
01/03 6 31/03/12	PROJETO CALOURO SOLIDÁRIO 6 TURMA CIDADÃ	MARACANÃ
04/03 A 04/04	PROCESSO SELETIVO 2012.2 6 SIFE	MARACANÃ
06/03/12	CURSO ORIENTAÇÃO INTERCAMBISTAS PARA CRIAÇÃO DE TURMAS CIDADÃS NA ALEMANHA E PORTUGAL 6 TURMA CIDADÃ	MARACANÃ
06/03/2012	VISITA UNED VALENÇA - DIEMP	VALENÇA
08/03/2012	VISITA TÉCNICA AO SECONCI- DIEMP	MARACANÃ
12/03/2012	VISITA UNED DE ANGRA DOS REIS - DIEMP	ANGRA DOS REIS
12/03/2012	VISITA TÉCNICA AO PRÓ-RIO - DIEMP	MARACANÃ
13/03/2012	VISITA UNED ITAGUAÍ - DIEMP	ITAGUAÍ
13/03/2012	VISITA TÉCNICA AO SECONCI- DIEMP	MARACANÃ
20/03/2012	CURSO: MAQUETE VIRTUAL COM SOFTWARE SKETCHUP - DEAC	MARACANÃ
22/03/2012	REUNIÃO COM A COORD. DO IDEA/COPPE 6 IETEC	MARACANÃ
22/03/2012	EVENTO INTEGRAÇÃO ESCOLA E EMPRESAS PARCEIRAS- DIEMP	MARACANÃ
23 E 24/03/2012	ENCONTRO DE LIDERANÇAS SIFE BRASIL/UNILEVER EM SÃO PAULO - SIFE	MARACANÃ
27/03/2012	VISITA À IETEC 6 PALESTRA DE SENSIBILIZAÇÃO - TURMA 3º PERÍODO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADM.INDUSTRIAL - IETEC	MARACANÃ
DATA	TIPO DE EVENTO	LOCAL (Unidade)
28/03/2012	VISITA UNED FRIBURGO - DIEMP	FRIBURGO
29/03/2012	PALESTRA VISAGIO - DIEMP	MARACANÃ
30/03/2012	WORKSHOP: OPORTUNIDADES NO MERCADO DE <i>E-LEARNING</i> 6 IETEC	MARACANÃ
31/03/2012	EVENTO PAIS 6 CEFET JR.	MARACANÃ
31/03/12	PESQUISA FEIRA DE TERESÓPOLIS 6 TURMA CIDADÃ	MARACANÃ

31/03/12	FESTIVAL DE FUTSAL (TERECOPA - TERESÓPOLIS) ó TURMA CIDADÃ	MARACANÃ
31/03/2012	CURSO: FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA DA CIÊNCIA COMO CULTURA ó A GEOMETRIA REVISTADA PELA GEOMETRIA DINÂMICA - DEAC	PETRÓPOLIS
31/03/12	DOAÇÕES AO ABRIGO DE IDOSOS E CRECHE ó TERESÓPOLIS ó TURMA CIDADÃ	TERESÓPOLIS
02/04/2012	VISITA UNED NOVA IGUAÇU - DIEMP	NOVA IGUAÇU
05/04/2012	REUNIÃO COM O DEMET PARA SENSIBILIZAÇÃO DO PROGRAMA IDEA/COPPE/UFRJ ó IETEC	MARACANÃ
09/04/12	ENTRADA DOS TRAINEES SIFE CEFET 1º SEMESTRE - SIFE	MARACANÃ
09/04 ó 04/05	CICLO DE CAPACITAÇÕES SIFE 1º SEMESTRE - SIFE	MARACANÃ
10/04/2012	PROJETO BEM VINDO AO CEFET (COLÉGIO FUTURO VIP) - DEAC	MARACANÃ
10/04/2012 A 29/05/12	CURSO MAQUETE VIRTUAL COM O SOFTWARE SKETCHUP - DEAC	MARACANÃ
10/04/2012 a 28/12/2012	ATENDIMENTO NO QUIOSQUE ó DEAC	MARACANÃ
10/04/2012	PALESTRA FIBEWORk - DIEMP	MARACANÃ
10 a 12/04/2012	DINÂMICA DE GRUPO- TRILHA DO SUCESSO - DIEMP	MARACANÃ
17 a 19/04/2012	PARTICIPAÇÃO FEIRA DO CIEE- DIEMP	MARACANÃ
20/04/2012	REUNIÃO DO CONSELHO TÉCNICO CONSULTIVO ó CTC DA IETEC, PARA APROVAÇÃO DO EDITAL 2012 ó IETEC	MARACANÃ
26/04/2012	REUNIÃO NA UNIDADE PETRÓPOLIS: PALESTRA DE SENSIBILIZAÇÃO PARA CRIAÇÃO DO NÚCLEO DE PRÉ-INCUBAÇÃO - IETEC	PETRÓPOLIS
26/04/2012	VISITA UNED Mª DA GRAÇA- DIEMP	MARIA DA GRAÇA
30/04/2012	CONCURSO DE CASES ó CEFET JR.	MARACANÃ
Maio	VI AMOSTRA DE FOGUETE 2012 MOFOG - DEAC	MARACANÃ
Maio	ESCOLA AUDIOVISUAL CINEMA NOSSO - DEAC	MARACANÃ
02/05 ó 06/05/12	CURSO ó METODOLOGIA DE APOIO ACADÊMICO DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DE LONDRES AOS JOGOS OLÍMPICOS 2012 ó TURMA CIDADÃ	MARACANÃ
DATA	TIPO DE EVENTO	LOCAL (Unidade)
02/05 ó 06/05/12	APRESENTAÇÃO DO PROJETO COPARCIAS ó (LEGADO COPA 2014) EM LONDRES- TURMA CIDADÃ	MARACANÃ
05/05/12	VISITA OBSERVAÇÃO SERVIÇO VOLUNTARIA NO PARQUE OLÍMPICO DE LONDRES - TURMA CIDADÃ	MARACANÃ
04/05/2012	PALESTRA AMBEV - DIEMP	MARACANÃ
07/05/2012	PALESTRA SANDECH - DIEMP	MARACANÃ
08/05/2012	CURSO DE ALONGAMENTO E MEDITAÇÃO VOCAL - DEAC	MARACANÃ

09/05/2012	APRESENTAÇÃO DA CEFET JR. NA UNIVERSIDADE DE MUNIQUE ó CEFET JR.	MARACANÃ
10/05/2012	VISITA À IETEC ó PALESTRA DE SENSIBILIZAÇÃO - TURMA DO CURSO TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO - IETEC	MARACANÃ
11/05/2012	XV OBA 2012 ó OLIMPÍADA BRASILEIRA DE ASTRONOMIA E ASTRONÁUTICA - DEAC	MARACANÃ
11/05/2012	PALESTRA P&G - DIEMP	MARACANÃ
14/05/2012 A 30/05/2012	CURSO DE EXTENSÃO EM CÁLCULO BÁSICO PARA ALUNOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO E SUPERIORES DE TECNOLOGIA DO CEFET/RJ - DEAC	MARACANÃ
15/05/2012	PROJETO BEM VINDO AO CEFET (CURSO ALVES) - DEAC	MARACANÃ
16/05/2012	PALESTRA ODEBRECHT - DIEMP	MARACANÃ
16/05/2012	PALESTRA - USO DE PNEUS INSERVÍVEIS COMO ALTERNATIVA DE ESTABILIZAÇÃO DE ENCOSTAS - DEAC	MARACANÃ
16/05/2012	ENCONTRO CONSELHO EMPRESARIAL - SIFE	MARACANÃ
15, 22 E 29/05/12	CURSO APLICAÇÕES DA MICROSCOPIA ÓPTICA NO ESTUDO DA BIOLOGIA - DEAC	MARACANÃ
16/05/2012 E 17/05/2012	CAMPANHA DA DENGUE - DEAC	MARACANÃ
16/05/2012 E 17/05/2012	VISITA AO CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS (CBPF) - DEAC	MARACANÃ
17/05/2012	PALESTRA - AVALIAÇÃO ESTRUTURAL DE PROBLEMAS DE ENGENHARIA CIVIL COM FERRAMENTAS COMPUTACIONAIS - DEAC	MARACANÃ
22/05/2012	PALESTRA AMIL - DIEMP	MARACANÃ
22 /05/2012	VI ó SEMANA DE ENFERMAGEM DO CEFET - DEAC	NOVA IGUAÇU
22/05/2012	I WORKSHOP EMPREENDA - DEAC	MARACANÃ
23/05/2012	PALESTRA - UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS GEOSINTÉTICOS EM OBRAS DE ENGENHARIA GEOTÉCNICA - DEAC	MARACANÃ
23/05/2012	HEMOAÇÃO: CAMPANHA DE DOAÇÃO DE SANGUE - DEAC	MARACANÃ
DATA	TIPO DE EVENTO	LOCAL (Unidade)
28/05/2012 A 01/06/2012	II SEMANA DA ADMINISTRAÇÃO - DEAC	MARACANÃ
30/05/2012	PALESTRA - UMA EXPERIÊNCIA ACADÊMICA NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE ENGENHARIA DA UERJ PARA A MODELAGEM COMPUTACIONAL DE ESTRUTURAS A PARTIR DA UTILIZAÇÃO DO PROGRAMA ANSYS ó DEAC	MARACANÃ
31/05/12	ENTRADA DOS NOVOS MEMBROS SIFE CEFET 1º SEMESTRE - SIFE	MARACANÃ
31/05/2012	PALESTRA MARINHA DO BRASIL - DIEMP	MARACANÃ

Junho	EXPOSIÇÃO NO EVENTO DE UNIVERSIDADES ALEMÃES POR VÍDEO CONFERÊNCIA 6 TURMA CIDADÃ	MARACANÃ
04 E 11/06/2012	CURSO: INTRODUÇÃO AO MICROSOFT PROJECT - DEAC	NOVA IGUAÇU
05, 12 E 19/06/2012	CURSO APLICAÇÕES DA MICROSCOPIA ÓPTICA NO ESTUDO DA BIOLOGIA- DEAC	MARACANÃ
15/06/12	CERIMÔNIA DE EFETIVAÇÃO E EVENTO DOS PAIS - SIFE	MARACANÃ
Durante o 1º Semestre	PROJETO SOLIDÁRIO À REGIÃO SERRANA 6 TURMA CIDADÃ	MARACANÃ
Durante o 1º Semestre	PROJETO COPARCIAS 6 TURMA CIDADÃ	MARACANÃ
Agosto	VISITAS A INSTITUIÇÕES SOCIAIS (CASTELO DO REI/CONSELHO TUTELAR) 6 TURMA CIDADÃ	MARACANÃ
06/08/2012	CURSO: INFORMÁTICA INSTRUMENTAL - DEAC	VALENÇA
15/08/12	DEBATE E SABATINA (ELEIÇÕES) - SIFE	MARACANÃ
16/08/12	ELEIÇÕES DIRETORIA EXECUTIVA - SIFE	MARACANÃ
Setembro	LANÇAMENTO DO SUB-PROJETO PRAÇA DAS COPAS 6 TURMA CIDADÃ	MARACANÃ
11/09, 12/09, 25/09, 23/10, 25/10 E 31/10 de 2012	CURSO: FUNDAMENTOS DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA - DEAC	MARACANÃ
25/09/2012	DIA DA DPJ 6 EVENTO QUE VISA EXPOR A ÁREA DE PROJETOS (DPJ) E DEBATER SOBRE PLANEJAMENTO DE PROJETOS - CEFET JR.	MARACANÃ
25 A 27/09/2012	VII FEIRA DE ESTÁGIO E EMPREGO - DIEMP	MARACANÃ
Outubro	DEBATE COM A DELEGAÇÃO INGLESA NA SEMANA DE EXTENSÃO 6 TURMA CIDADÃ	MARACANÃ
Outubro	APRESENTAÇÃO PELOS ALUNOS E BOLSISTAS DA TURMA CIDADÃ DA PEÇA ãO ADEUS DAS ARMAS 6 TURMA CIDADÃ	MARACANÃ
Outubro	CURSO: ADOLESCENTI - DEAC	MARACANÃ
Outubro	CURSO: OFICINA DE ECONOMIA SOLIÁRIA - DEAC	MARACANÃ
DATA	TIPO DE EVENTO	LOCAL (Unidade)
01/10 A 05/10	SEMANA BENCH 6 EVENTO ABERTO A TODO MOVIMENTO EMPRESA JUNIOR QUE TEVE COMO FINALIDADE A TROCA DE PRÁTICAS, POSSIBILITANDO O DESENVOLVIMENTO COLABORATIVO - CEFET JR.	MARACANÃ
08/10 A 14/11	PROCESSO SELETIVO 2012.2 - SIFE	MARACANÃ
17, 18 E 19/10/2012	SEMANA DE EXTENSÃO 2012 6 TECNOLOGIAS VERDES, SUSTENTABILIDADE E IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS. 30 PALESTRAS, 4 MINICURSOS, 1 SEMINÁRIOS, 5 PÔSTERS, 14 MESAS-REDONDAS, 47 PROJETOS EXPOTEC, X PROJETOS EXPOMED, 7 PROJETOS EXPOSUP, 4 ATIVIDADES ARTÍSTICO-CULTURAIS E 6 OUTROS EVENTOS(OFICINAS) - DEAC	MARACANÃ 6 MARIA DA GRAÇA 6 NOVA IGUAÇU 6 PETRÓPOLIS 6NOVA FRIBURGO 6 ITAGUAÍ 6 ANGRA DOS REIS - VALENÇA

Novembro	RECEPTIVO DA DELEGAÇÃO ESPANHOLA PARA APOIO A PROJETOS DE MEGAEVENTOS ESPORTIVOS ó TURMA CIDADÃ	MARACANÃ
Novembro	CERIMÔNIA DE ENTREGA DE CERTIFICADOS DE EDICIÊNCIA ó TURMA CIDADÃ	MARACANÃ
08/11/2012	DIA DA QUALIDADE ó EVENTO COMEMORATIVO DO DIA MUNDIAL DA QUALIDADE QUE CONSISTIU NA DISSEMINAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO DA IMPORTÂNCIA DA QUALIDADE COMO VANTAGEM COMPETITIVA - CEFET JR.	MARACANÃ
08/11/2012 A 13/12/2012	MAQUETE VIRTUAL COM SOFTWARE SKETCHUP - DEAC	MARACANÃ
13/11/2012	CURSO: MICROSCOPIA ÓTICA - DEAC	MARACANÃ
21/11/12	ENTRADA DOS TRAINEES 2012.2 - SIFE	MARACANÃ
21/11 A 14/12	CICLO DE CAPACITAÇÕES 2012.2 - SIFE	MARACANÃ
21/11/2012	PALESTRA PETROBRÁS - DIEMP	MARACANÃ
26 A 30/11/2012	COLÉGIO GRAHAM BELL XVII JOTEC ó JORNADA TÉCNICA CULTURAL. - DEAC	MARACANÃ
Dezembro	LANÇAMENTO DA CAMPANHA ãNATAL O ANO INTEIROö ó TURMA CIDADÃ	MARACANÃ
06 E 07/12/2012	II SIMPÓCIO SOBRE ENSINO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS DO CEFET/RJ - DEAC	MARACANÃ
08/12/2012	TROCA DE GESTÃO ó EVENTO DESTINADO A HOMENAGEAR A DIRETORIA DA GESTÃO ANTERIOR, MOSTRAR OS RESULTADOS OBTIDOS POR ELA E DAR BOAS VINDAS À NOVA DIRETORIA - CEFET JR.	MARACANÃ
21/12/12	ENTRADA NOVOS MEMBROS 2012.2 - SIFE	MARACANÃ
Durante o 2º Semestre	DESENVOLVER ó PALESTRAS QUE TRAZEM TEMAS DE MERCADO E VISAM AUMENTAR O CONHECIMENTO DA COMUNIDADE EM TORNO DA INSTITUIÇÃO - CEFET JR.	MARACANÃ

Fonte: UnEDs/DEAC/DIEMP/IETEC/TURMA CIDADÃ/SIFE/CEFET JR/DIREX

13 PARTE B, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N° 119, DE 18/1/2012

13.1 Indicadores de Gestão das IFET nos Termos do Acórdão TCU n° 2.267/2005

QUADRO B.7.1 ó RESULTADOS DOS INDICADORES ó ACÓRDÃO TCU N.º 2.267/2005

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios				
			2012	2011	2010	2009	2008
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	Inscrição/Vagas	68,07	111,23	109,48	6,79	6,89
	Relação Ingressos/Aluno	Ingressos/Matriculados	21,6	28,4	39,2	35,1	-
	Relação Concluintes/Aluno	Concluintes/Matriculados	11,8	9,5	-	-	-
	Índice de Eficiência Acadêmica - Concluintes	Concluintes/Ingressos	61,8	66,3	-	-	-
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	Retidos/Matriculados	44,2	22,9	7,1	2,5	-
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	Matriculados/Docente em Tempo Integral	28,82	29,91	22,73	13,85	-
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	OCC/Matriculados	6.492,31	6.720,05	7.868,72	11.100,55	-
	Percentual de Gastos com Pessoal	Gastos com Pessoal/Gasto Total	83,93	81,15	69,00	84,18	84,12
	Percentual de Gastos com outros Custeios	OCC(excluídos os benefícios)/Gasto Total	8,58	14,05	13,00	11,40	13,14
	Percentual de Gastos com Investimentos	Investimento/Gasto Total	3,80	4,78	6,51	4,42	2,73
Sócioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar	Número de alunos com renda per capita de até um SM	408	287	283	120	60
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	Média ponderada da Titulação Docente	3,84	3,85	3,72	3,60	3,70

13.2 Análise dos Resultados dos Indicadores de Gestão das IFET

Até o exercício de 2011, este Centro informava somente os indicadores exigidos pelo acórdão TCU n° 408/2002 ó Plenário, contudo, no exercício deste relatório, ficou determinado pela Portaria TCU n° 150/2012 que deveriam ser apresentados os resultados referentes aos indicadores de gestão dos IFETs e Centros Federais.

Para o preenchimento do quadro acima, foram utilizados os seguintes sistemas federais: SISTEC, SIAFI, SIAFI Gerencial e SIAPE, além de dados existentes nos sistemas internos do Centro.

A utilização do SISU como instrumento de seleção dos cursos superiores e obrigatoriedade do uso do SISTEC como sistema de acompanhamento de matrículas por ciclo somente a partir de 2010 afetam a análise da série histórica pois são eventos que mudam a base de cálculos dos indicadores. Por estes motivos, a análise dos indicadores é baseada nos anos de 2012 e 2011. Além dos fatos apresentados acima, diversos indicadores têm a sua análise prejudicada pelo período da greve que afetou o ensino federal em todo o País.

De uma maneira geral, o Centro conseguiu reduzir os gastos correntes com os alunos e manter constante o índice de titulação do corpo docente. Além disso, a falta de contratação elevou a relação de alunos por docente tempo integral. Este aumento é crítico pois poderá afetar a qualidade do trabalho junto ao aluno.

13.3 Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio

O Centro não apresentou projetos desenvolvidos por Fundação de Apoio no exercício e não apresenta Fundação de Apoio credenciada.